



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 208

TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 77, DE 1992

Dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 59, de 1991, aos servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O tempo de serviço prestado no Senado Federal pelos ex-ocupantes de empregos da antiga Tabela Permanente do extinto Quadro de Pessoal CLT, é averbado para todos os efeitos legais, na forma autorizada aos servidores do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, e do Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF, pela Resolução nº 59, de 1991.

Art. 2º É assegurada, nos termos do artigo anterior, a averbação do tempo de serviço prestado pelos atuais ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Senado Federal, regidos pelo regime jurídico único, que tenham ocupado cargo ou emprego público, anterior ao ingresso no Senado Federal, para os efeitos autorizados pela Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de dezembro de 1990.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 269ª SESSÃO, EM 7 DE DEZEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações

— Do Senador Flaviano Melo, que se ausentará dos trabalhos da Casa, a partir de 4 de dezembro do corrente ano, a fim de desempenhar missão no exterior.

— Do Senador José Fogaça, que se ausentará do País entre os dias 6 e 9 do corrente ano.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nºs S/78 a 80, de 1992 (nºs 2.438, 2.440 e 2.442, na origem), através dos quais o Governo do Estado de São Paulo e as Prefeituras Municipais de Castelo Branco—PR e Jaicós—PI, solicitam ao Senado Federal, autorização para contratarem operações de crédito para os fins que especificam.

— Recebimento dos Ofícios nºs 2.439, 2.441, 2.443 e 2.453, de 1992, do Presidente do Banco Central do Brasil, referentes a operações de crédito pretendidas pelas Prefeituras Municipais de São Paulo—SP, Itajaí—SC, Angelina—SC, e pelo Governo do Estado de São Paulo.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Realização do III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Brasília. Transcurso do Jubileu de Prata da “Casa do Pequeno Polegar”, fundada por Dona Ruth Passarinho. Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo de Julia Maria Passarinho Chaves, intitulado “Um Gesto de Amor Multiplica os Amigos”, publicado no jornal *Correio Braziliense* de 14-11-92, de homenagem a sua mãe, dona Ruth Passarinho, pelas obras de amparo ao menor carente. Homenagens à dona Ildete Baptista por sua brilhante atuação no Instituto Lourival Fontes, em Aracaju, também de assistência ao menor carente.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 2.454/92, encaminhando ao Senado Federal, parecer referente à operação de crédito pretendida pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

1.2.5 — Requerimento

Nº 881/92, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a retirada do Requerimento nº 880/92. **Deferido.**

1.2.6 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR VALMIR CAMPELO — Preocupação pelo montante irrisório previsto no Orçamento da União para o exercício de 1993. Discriminação do Distrito Federal na destinação de recursos previstos no Orçamento de 1993. Transcrição, nos Anais do Senado, do editorial do jornal *Correio Braziliense*, de 6-12-92, analisando a governabilidade do Distrito Federal.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Apelo para recursos adequados destinados ao Distrito Federal afetando a problemática social. Falta de governabilidade de Brasília devido à escassez de recursos.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992-Complementar (nº 69/89-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Projeto de Resolução nº 68, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regimento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1992 (nº 3.203/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Projeto de Resolução nº 67, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera a redação de dispositivos da Resolução nº 86, de 1991, modificada pela Resolução nº 5, de 1992, ambas do Senado Federal. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Ofício nº S/76, de 1992, pelo qual o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul solicita autorização para contratar operação de crédito, no valor de quinhentos e um bilhões, novecentos e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil cruzeiros, e dez centavos, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1992 (nº 77/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio para Preservação dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia, em Brasília, em 15 de agosto de 1990. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RONAN TITO — Análise do termo “moedas podres” e sua utilização em transações financeiras de grande porte. Ajuste fiscal.

SENADOR BENI VERAS — Posse do novo superintendente da Sudene, Sr. Cássio Cunha Lima.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Atentado à Rádio Atual e ao Centro de Tradição Nordestina, em São Paulo, e no Canecão, no Rio de Janeiro, por grupos de jovens radicais de variadas denominações, de cunho neonazista.

SENADOR ODACIR SOARES — 84º aniversário da Cruz Vermelha Brasileira.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 461 a 465, de 1992

3 — ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

Nºs 7 e 8, de 1992

— PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

Nºs 66 e 67, de 1992

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 31, de 1992

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 269ª Sessão, em 7 de dezembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Jonas Pinheiro e Valmir Campelo.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Amir Lando — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Elcio Álvares — Guilherme Palmeira — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Paulo Bisol — Júlio Campos — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Luiz Alberto — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Marluce Pinto — Mauro Benevides — Odacir Soares — Pedro Teixeira — Ruy Bacelar — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Em 3 de dezembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do art. 40, a, do Regimento Interno, me ausentarei dos trabalhos da Casa, a partir de 4 de dezembro de 1992, a fim de, no desempenho de missão com que me distingo ao Senado, participar, na qualidade de Observador Parlamentar, da XLVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Atenciosas saudações. — Senador **Flaviano Melo**.

Brasília, 4 de dezembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, de acordo com o disposto na alínea a no parágrafo único do art. 39 do Regimento Interno, que me ausentarei do País entre os dias 6 e 9 do corrente, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a convite da Universidade de Miami, com a finalidade de participar de um ciclo de palestras sobre "Transformações Internacionais e Reestruturação Hemisférica".

Aterciosas saudações. — Senador **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, os Ofícios nºs S/78 a 80, de 1992 (nºs 2.438, 2.440 e 2.442, na origem), através dos quais o Governo do Estado de São Paulo e as Prefeituras Municipais de Castelo Branco — PR, e Jaicós — PI, solicitam, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para contratarem operações de crédito para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — A Presidência recebeu, do Presidente do Banco Central do Brasil, os Ofícios nºs 2.439, 2.441, 2.443 e 2.453/92, referentes a operações de crédito pretendidas pelas Prefeituras Municipais de São Paulo — SP, Itajaí — SC, Angelina — SC, e pelo Governo do Estado de São Paulo.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos para serem anexadas aos processados dos Ofícios nºs S/48, S/74, S/72 e S/69, de 1992, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no *Correio Brasileiro* de 14 de novembro do corrente ano li um artigo que muito me comoveu, pela analogia de exemplos semelhantes que testemunhei durante longos anos de minha vida em que venho esperando que este mundo melhore, se aperfeiçoe e se torne mais cristão.

É realmente uma pena essa característica da humanidade, quando comprovamos a escassez numérica das pessoas que sacrificam seu tempo e dedicam sua vida a servir ao próximo com desprendimento e abnegação.

Vivemos, na sociedade, um período de crescente individualismo social e econômico. Poucos se consideram, de certo modo, também responsáveis pela miséria alheia. Para muitos, caridade não é um problema pessoal, é uma obrigação do Governo.

As pessoas mais conscientes e esclarecidas sabem perfeitamente que o Governo, sozinho, jamais conseguirá resolver os problemas relacionados com a educação, a saúde, a assistência e o amparo aos menores carentes. É um contingente populacional que cresce a cada dia, desafiando a ação governamental e os planejadores.

Portanto, Sr. Presidente, são louváveis e merecem todo o nosso apoio e aplauso as iniciativas individuais e de grupos que esboçam algum esforço, alguma iniciativa para amparar e assistir os menores abandonados e as crianças carentes em suas necessidades básicas de teto, pão e afeto.

Durante o mês de novembro, realizou-se aqui, em Brasília, o Terceiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com a participação, inclusive, de observadores estrangeiros, entre os quais algumas crianças europeias e uma deputada do Parlamento Europeu, portadora de uma manifestação unânime de preocupação do referido Parlamento às autoridades brasileiras relativamente às crianças do nosso País, em face da divulgação pela imprensa da Europa dos maus-tratos e violências que têm sofrido.

Por ocasião desse Encontro, do qual participaram 700 representantes de todas as unidades da Federação, segundo os jornais, o Ministro da Justiça, que criou recentemente o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para cuidar da aplicação do Estatuto correspondente, recebeu da Europa mais de três mil cartas chamando a atenção do Governo para a questão do menor carente no Brasil. Em suas manifestações públicas e nas passeatas que realizaram, as crianças cantaram o seu grito de clemência: "O Estatuto está aí, só falta cumprir".

Eu, Sr. Presidente — que há muito estou envolvido com a situação do menor, pois sempre foi um assunto que me preocupou, motivando-me a participar com grande interesse da CPI do Menor, em 1976, e também pelo trabalho pioneiro em Sergipe, desenvolvido pela minha saudosa esposa no Instituto Lourival Fontes, que iniciou seu funcionamento em 11 de setembro de 1967, precisamente há 25 anos, tendo por lá passado, até a presente data, 17.451 menores carentes — fiquei muito sensibilizado. Tocou-me profundamente a iniciativa dessas crianças em buscar, por conta própria, um maior

conhecimento da sua problemática, procurando fórmulas para resolver a situação em que se encontram, ante a sua realidade e a indiferença do País.

Os seus problemas também são nossos: dos maiores, dos adultos, da sociedade como um todo. A sua denúncia nos alerta de que são, hoje, os famintos e maltrapilhos miseráveis rondando a mesa farta dos banquetes de que participam os mais afortunados da sociedade, quando poderiam estar se formando agora para melhor servir à sociedade e ao País.

Sr. Presidente, as questões sociais do País merecem toda a nossa preocupação, mas devemos o nosso reconhecimento àquelas pessoas que, mesmo sabendo que não poderão solucioná-las em toda sua plenitude, fazem o que podem, com esforço milagroso do amor ao próximo e da dedicação no propósito de servir ao seu semelhante. Neste imenso País de 150 milhões de habitantes, um pequeno punhado de pessoas de bom coração tem dedicado sua vida no empenho de minorar o sofrimento dos mais desvalidos, em especial amparando crianças abandonadas ou pessoas idosas e desabrigadas.

Li, no *Correio Brasileiro*, de 14 de novembro, um artigo intitulado "Um gesto de amor multiplica os amigos", em memória da fundadora de uma instituição filantrópica, que completou seus 25 anos de funcionamento no propósito original de acolher filhos sadios de pais tuberculosos, para que não se contaminassem com a doença. Esse artigo, Sr. Presidente, que me comoveu, fala do exemplo de personalidade exuberante e da luta incansável de uma senhora que iniciou seu trabalho social em Brasília, num barracão de madeira, posteriormente consumido por um incêndio, mas que, em vez de abater-lhe o ânimo, foi motivo de intensificação de sua luta para uma construção definitiva, pela qual saía às ruas, conforme diz o artigo, pedindo ferro, cimento, tijolo etc.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da Casa do Pequeno Polegar em Brasília e de sua fundadora, D. Ruth Passarinho, pelo transcurso do jubileu de prata da instituição, fruto do seu trabalho, auxiliado por um grupo seleto de amigos e beneméritos que permitiu aqui, na Capital da República, a edificação de mais um lar, de mais um teto para abrigar crianças carentes.

Originária do Estado do Pará, adotou Brasília no coração e a esta cidade ofereceu, com amor e dedicação, a mais pura essência do seu trabalho inspirado na caridade cristã. Dona Ruth teve a seu favor todas as circunstâncias que a vida e a sociedade lhe permitiam para tornar-se pessoa sofisticada, com livre acesso a todos os salões e círculos sociais do poder em função das atividades profissionais do seu marido, político de grande destaque, várias vezes Ministro e de intensa atuação partidária. Entretanto, D. Ruth era aquela pessoa simples que transbordava afeição e jovialidade. Sua vida era realmente a família, o esposo, os filhos e o zelo por aquela casa onde recebia e abrigava suas crianças, que, carinhosamente, a chamavam "Tia Ruth".

Neste artigo, sua filha Júlia, autora do referido artigo e hoje dirigente da Casa do Pequeno Polegar, relembra o seu devotamento à causa da criança carente ou abandonada; de sua atuação, marcada por gestos e ações inesquecíveis de que são testemunhas os que presenciaram. Nos festejos de Natal, D. Ruth vestia-se de Papai Noel para o encanto das crianças. Nunca posou de mulher de Ministro. Companheira dos funcionários, misturava-se com eles e os dirigia pelo exemplo.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Concedo-o com prazer, eminente Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Senador Lourival Baptista, congratulo-me com V. Ex^a, que traz aos Anais desta Casa depoimento sobre D. Ruth Passarinho. Realmente, foi ela uma mulher excepcional pelas suas qualidades de benemerência, de dedicação, de amor aos necessitados. V. Ex^a faz muito bem em incorporar aos Anais esse depoimento sobre D. Ruth Passarinho.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Eminentíssimo Senador Nelson Carneiro, sou muito grato a V. Ex^a pelo aparte que muito enriqueceu o meu pronunciamento, dando também o seu depoimento sobre a saudosa D. Ruth Passarinho.

O Sr. Pedro Teixeira — Senador Lourival Baptista, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, ouço V. Ex^a, Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Eminentíssimo Senador Lourival Fontes...

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Lourival Baptista. Lourival Fontes é o finado, que também muito honrou esta Casa.

O Sr. Pedro Teixeira — É verdade. Tive a ventura de participar do trabalho da Casa do Pequeno Polegar, que D. Ruth Passarinho criou com tanto amor e carinho numa das chácaras de Brasília. Via seu amor acendrado e sua dedicação exclusiva às crianças. Faço minhas as palavras do Senador Nelson Carneiro e congratulo-me com V. Ex^a por fazer, de justiça, um registro das atividades de quem tanto se preocupou com a infância desvalida.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, Senador Pedro Teixeira, pelo aparte, que também vem ilustrar este pronunciamento.

Fui durante algum tempo um dos colaboradores da Casa do Pequeno Polegar, incluindo-a entre as subvenções que podia conceder, pois sempre vi, com muita compreensão e simpatia, a luta e o trabalho de D. Ruth, em tudo muito semelhante às atividades desenvolvidas pela minha saudosa esposa no Instituto Lourival Fontes, em Aracaju, coincidentemente criado na mesma época, que completa também, em 1992, vinte e cinco anos de serviços prestados às crianças carentes.

O Sr. Valmir Campelo — Senador Lourival Baptista, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Nobre Senador Lourival Baptista, quero parabenizá-lo pela maneira com que V. Ex^a homenageia hoje, nesta Casa, a figura de D. Ruth Passarinho. Também a conheci no início da década de 60, quando trabalhava na Fundação do Serviço Social. Pude constatar o trabalho por ela desenvolvido em prol das famílias mais carentes, das crianças abandonadas de todo o Distrito Federal. D. Ruth, a saudosa esposa do nosso querido amigo, Senador Jarbas Passarinho. Eles formavam um casal do qual tínhamos orgulho, pois o considerávamos como um quarto Senador da República, um representante do Distrito Federal, pelo cuidado e o interesse em relação às coisas de Brasília. E D. Ruth sempre demonstrou, quando na presidência da Casa do Pequeno Polegar, o carinho que vinha exercendo em prol das crian-

ças carentes da Capital da República. Quero fazer, ainda, um preito, nobre Senador Lourival Baptista, à esposa de V. Ex^a, que tão bem dirigiu o Instituto Lourival Fontes, em Aracaju; que também, a exemplo de D. Ruth Passarinho, sempre se preocupou com os mais carentes, direcionando sua vida para os mais sofridos, para aquelas famílias mais carentes de Aracaju e de todo o Estado de Sergipe. De modo que quero, particularmente, homenageá-la, homenageando sua esposa, que Deus levou recentemente para seu lado. Quero deixar aqui o meu protesto de veneração e respeito a D. Ruth Passarinho, a estas duas senhoras que, em comunidades diferentes, sempre procuraram aliviar o sofrimento daqueles que mais necessitam de nós.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Valmir Campelo, pelo aparte que muito enriquece o meu pronunciamento e pelas palavras generosas com que distinguiu a minha saudosa esposa, que também procurou, em vida, dedicar-se a fazer o bem sem olhar a quem.

Quanto à D. Ruth Passarinho é uma mulher que merece a estima, o respeito, pois foi aqui, em Brasília, uma pioneira nesse serviço. Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Valmir Campelo, pelas suas palavras que me chegaram diretamente ao coração.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em memória de D. Ruth Passarinho, saudosa esposa do ilustre Senador Jarbas Passarinho, em comemoração do Jubileu de Prata da Casa do Pequeno Polegar, que tão relevantes serviços tem prestado às crianças carentes de Brasília e como edificante exemplo de iniciativa e caridade cristã à nossa sociedade, faço este registro, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, junto com o meu pronunciamento, do artigo de autoria de Júlia Maria Passarinho Chaves, publicado no *Correio Braziliense*, de 14-11-92, intitulado "Um Gesto de Amor Multiplica os Amigos".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Brasília, sábado, 14 de novembro de 1992

MEMÓRIA

Um gesto de
amor multiplica
os amigos

Júlia Maria Passarinho Chaves

De um gesto de amor à criança Ruth criou a Casa do Pequeno Polegar que há 25 anos vem multiplicando a assistência ao menor brasileiro. Inicialmente, era uma pequena casa de madeira humilde e aconchegante que acolhia os filhos saudáveis de pais tuberculosos, logo depois eram os órfãos.

Um incêndio destruiu a casa. E acendeu com maior vigor os sonhos da mulher de fibra, de fé e de coragem que era Ruth Passarinho. Com dedicação, tenacidade e amor ao próximo ela foi às ruas em cima de um caminhão pedindo: ferro, cimento, tijolos...

Graças a Deus e aos homens caridosos, trazia sempre o que precisava. Foi assim que ela edificou a Casa do Pequeno Polegar, pelo trabalho árduo e firmou a obra com o seu exemplo vivo e extraordinário.

Incansável, Ruth estava sempre atenta aos sofrimentos infantis e assim surgiu o atendimento aos órfãos com um programa de adoção. Os abandonados, os desnutridos, os pré-adolescentes também foram assistidos ao longo destes 25 anos.

Ruth soube como ninguém multiplicar os amigos. Formou uma equipe dedicada que abraçou a causa pela amizade e por amor às crianças. Foram muitos os colaboradores. Desde aqueles que enviavam verbas até os que lado a lado com Ruth, fizeram da obra um modelo de atendimento assistencial. Visitantes ilustres e estrangeiros foram recebidos na casa, entre eles as esposas de dois presidentes dos Estados Unidos, por sugestão da embaixada americana.

A alegria, a simplicidade e o prazer de servir às crianças mobilizavam Ruth Passarinho a ponto de fazer com que nós filhos, genros, noras, os vizinhos e amigos lavássemos banheiros e esfregássemos o chão se preciso fosse. Tudo pelos "Polegares", como ela carinhosamente os chamava, Ruth era uma pessoa tão extraordinária, que conseguia sensibilizar até os mais indiferentes e emocionar os mais afetivos.

Seu devotamento à causa da criança carente ou abandonada foi marcado por gestos e ações inesquecíveis, de que são testemunhas os que os presenciaram. Nos festejos de Natal, lá aparecia ela de "Papai Noel", para o encanto das crianças. Nunca posou de mulher de ministro. Era a esposa amorosa de Jarbas e dele recebia todo o apoio e o incentivo para prosseguir sua obra humanitária. Companheira dos funcionários, misturava-se com eles e os dirigia pelo exemplo.

Desdobrava-se em atenções com os enfermos. Levava-os ela mesma ao hospital. Ora o da L2 Sul, ora do EMFA, cujos dirigentes jamais lhe negaram assistência. Temperamento extrovertido, caracterizado por uma alegria que contagiava os que com ela privavam, era uma festa, cada dia, quando chegava à Casa do Pequeno Polegar, as crianças correndo esfuziantes ao seu encontro, buscando o colo da "Tia Ruth".

Sua última atividade em proveito dos "Polegares" colheu-a, em Juiz de Fora, onde fora, de ônibus comprar tecidos de malhas, mais baratos, para revendê-los no bazar em proveito da Casa do Pequeno Polegar. Foi a primeira e grave manifestação da enfermidade que viria a ser fatal. Não mais as crianças que ela tanto amou voltaram a vê-la.

A amiga Zelly Ornellas assumiu a obra atuando com especial interesse e enfrentando com garra as dificuldades que comumente acontecem no trabalho caridoso. Cumpriu com zelo e dedicação os seus mandatos.

Jubileu de Prata — Graças a esta mulher sensacional que foi Ruth Passarinho, aos seus amigos maravilhosos, aos funcionários dedicados, aos colaboradores desconhecidos e aos colaboradores especiais homenageados nesta data, que podemos hoje dividir emoções e alegrias com o nosso "Jubileu de Prata".

Em nome de todas as crianças que ao longo destes 25 anos receberam o conforto e alento às suas dores, em nome de todos os amigos de Ruth, de Zelly e dos "Passarinhos" que multiplicaram o amor pela casa, queremos registrar só nossos agradecimentos mais profundos, pelo amparo e carinho de todos.

Gostaríamos de dizer-lhes ainda da nossa emoção ao retormarmos à Casa do Pequeno Polegar exatamente nos seus 25 anos. Assumimos esta obra, que é uma herança de amor, com o mesmo orgulho com que constatamos ser personagens dos sonhos e das realizações de criaturas tão especiais que é o Jarbas e foi a Ruth Passarinho.

Temos esperança de que nossas crianças terão um futuro melhor. Tomara que possamos olhar para trás e verificar que contribuimos com esta melhoria.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — A Presidência recebeu, do Presidente do Banco Central do Brasil, Ofício nº 2.454/92, encaminhando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, parecer referente à operação de crédito pretendida pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, para ser anexada ao processo do Ofício nº S/76, de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 881, DE 1992

Na forma do art. 256, alínea a, do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento nº 880, de 4-12-92, em virtude de haver cancelado minha presença ao Seminário promovido pela Associação Comercial de São Paulo.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 1992. — Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — A Presidência defere a solicitação do Senador Marco Maciel. O Requerimento nº 881, de 1992, vai ao Arquivo.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sábado passado, às 9 horas da manhã, coordenamos a Subcomissão de Economia da Comissão Mista de Orçamentos e aprovamos os relatórios parciais dos três relatórios que compõem aquela Subcomissão.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, realmente me preocupa o montante irrisório dos recursos do Orçamento para o ano de 1993, e me preocupa particularmente para o Distrito Federal, Brasília, como Capital da República, a Capital de todos os brasileiros, tem a função não somente de atender a comunidade brasiliense, mas Brasília é a célula mater; Brasília abriga os Três Poderes. O custeio e os recursos com investimentos realmente são elevados, e aquilo que consta para 1993, praticamente representa 50% a menos da importância destinada, que já foi irrisória para o ano de 1992.

Sr. Presidente, V. Exª vai me permitir, mas acredito ser muito oportuno ler, neste momento, o editorial do *Correio Brasiliense* de ontem, quando fala sobre a governabilidade do Distrito Federal. Permita-me V. Exª fazer constar dos Anais desta Casa o presente editorial, que reflete a preocupação de todos nós que habitamos, que moramos e que somos os hospedeiros de todos os brasileiros que se dirigem para a Capital da República.

Diz o editorial:

"Estará o Congresso Nacional, pela sua Comissão Mista de Orçamentos, votando, no correr da semana que hoje se inicia, o Orçamento Geral da União para

o exercício financeiro de 1993. O exame das milhares de emendas oferecidas pelos parlamentares de ambas as casas estão com os respectivos pareceres concluídos, no aguardo, tão-só, da pauta daquele órgão permanente do Congresso Nacional para apreciação da opinião dos sub-relatores e da relatoria geral, para, em seguida, o projeto ser submetido à apreciação do Plenário.

O projeto da Lei de Meios para o ano fiscal de 1993 sofreu uma tramitação fora das normas comuns. No seu processo legislativo teve encaminhamento no prazo determinado por lei pelo presidente afastado. O início do *impeachment* e a ascensão do Vice-Presidente Itamar Franco à direção do País, ensejou a oportunidade para a revisão do projeto original. Com a mudança da equipe ministerial, alteram-se os objetivos da orçamentação pública. Nessa oportunidade era de esperar-se uma reformulação nos excessos ou nas desvalias já identificadas pelos congressistas e ratificadas pela imprensa, cabendo ao *Correio Braziliense* a primazia nas críticas levantadas à conta das distorções nos critérios de fixação de determinadas rubricas, nas quais foram contemplados com generosidade suspeita alguns Estados em contrapartida à parcimônia descabida dos valores inscritos em favor de várias unidades da Federação.

O Distrito Federal foi um dos alvos dessa discriminação numa tão estranha quanto temerária avaliação das necessidades a serem atendidas pelas transferências intergovernamentais, indispensáveis à manutenção de setores de fundamental importância para assegurar em níveis administráveis o Governo do Distrito Federal, na conformidade dos registros críticos levantados por este jornal, ao examinar a mensagem presidencial que encaminhou em agosto último o projeto da lei de meios que estima a receita e fixa a despesa da União para o ano fiscal de 1993. A redução havida para o custeio dos programas de saúde, de educação, de segurança pública, de seguridade social, de transporte e da Justiça do DF foi simplesmente aniquiladora. Em que pese o crescimento da inflação estar prosperando mensalmente ao redor de 25% por cento, os quantitativos a serem transferidos ao GDF em 1993 sofreram um decurso de quase metade, levando-se em consideração as verbas votadas para este ano, de insuficientes.

Ao denunciarmos destas colunas, juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul, as demasias das aplicações em alguns Estados, apontamos como solução alternativa o reexame da proposta inicial, na certeza de que os descaminhos havidos seriam corrigidos pela equipe do Presidente Itamar Franco. Lamentavelmente, no entanto, nenhuma providência foi adotada, mantendo-se a indigência dos recursos a serem repassados para o Governo do Distrito Federal no próximo exercício financeiro. Essa incongruência governamental, no entanto, ainda pode ser retificada. De forma urgente, com uma mensagem do Presidente em exercício propondo a revisão, antes que o projeto comece a ser votado pela Comissão Mista ou então dentro das incertezas do rito regimental, onde as emendas da bancada do Distrito Federal estarão sendo confrontadas pelas milhares de propostas das demais bancadas estaduais, com escassas probabilidades de êxito.

Feitas as presentes advertências, credite-se ao Governo Federal e ao Congresso a ingovernabilidade que atormentará a Capital da República em 1993, sem recursos para educar o povo, assisti-lo hospitalmente e garantir para todos a segurança pública e a Justiça do Distrito Federal."

Sr. Presidente, esse editorial — volto a repetir — é do *Correio Braziliense* de ontem, e preocupa não só a este Parlamentar, mas a todos os brasileiros que aqui residem e que lutam, pelo menos, para que continue havendo melhor qualidade de vida para todos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, sábado, aproximadamente às 22h30min, retornava eu para minha residência na Superquadra Sul 309, quando um grupo de mais ou menos 60 jovens — que os insensíveis chamam de pivetes, mas que os homens que se preocupam com o social chamam de "meninos de rua", por falta exatamente de ocupação e de outros valores — vinha o grupo em desabalada carreira, já perseguido por dois policiais que atiravam, provavelmente para cima. Ao chegar à portaria do prédio onde resido, o porteiro disse-me para que tivesse cuidado, pois estava havendo um "arrastão", com cerca de 60 a 70 jovens e que a polícia estava tentando fazer com que saíssem da quadra.

Vinha eu da cidade satélite de Sobradinho, de uma conferência produzida por uma instituição religiosa de Canoas, no Rio Grande do Sul, com apoio daquela comunidade. Eu já voltava impressionado com as palestras sobre jovens drogados e com os slides que mostravam jovens desesperados, procurando suas últimas veias, o que lhes gerava a amputação dos seus membros e deformidades horrorosas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse "arrastão" ocorreu na Capital da República; não numa favela, não nas proximidades de onde o pobre reside, mas, sim, onde o homem da classe média também vive, inclusive alguns de nós, Senadores. O que se verifica é que o problema do chamado "arrastão" é evidentemente social. A nossa Cidade, Brasília, não tinha essa problemática. E por que a tem agora? Exatamente pela falta de governabilidade com que nos estão cerceando. Nossas autoridades estão impotentes pela falta de recursos, não para reprimir, que não é o objetivo social, mas para evitar que o jovem seja ocioso. Faltam recursos para que se possa ter, como antigamente, escolas profissionalizantes; para que a criança possa ter acesso aos CIAC, onde essa criança possa ter uma formação e seja aproveitada profissionalmente na sua fase mais adulta.

É nossa responsabilidade apurar a causa. Se pensarmos bem, Deus criou os seus filhos no barro da bondade, tanto o filho do mais afortunado quanto o do menos; tanto o filho daquele que se julga mais poderoso quanto aquele mais humilde. Ao levar o tradicional tapinha ao nascer, chora do mesmo jeito; o vagido é exatamente igual. Entretanto a vida social, o desapareço, a insensibilidade daqueles que têm que ser sensíveis, a vaidade e o egoísmo de muitos contribuíram para que essa juventude se desvie.

Em pleno sábado à noite, no Plano Piloto, 60 a 70 jovens de idade entre 14 e 15 anos, eram perseguidos pela polícia.

Nem sei se estavam cometendo algum delito! É que já se criou hoje a psicose do medo e até a necessidade de se anteciper a defesa.

Brasília está assim, Sr. Presidente; está, na verdade, com uma sobrecarga social. Estamos abrigando o Brasil em nossos hospitais; temos problemas pois não podemos arcar sozinhos com todos os ônus decorrentes porque Brasília é hospedeira nacional, como bem disse o Senador Valmir Campelo. É muito mais do que uma cidade pertencente àqueles que aqui eventualmente nasceram ou vieram por opção; é, sobretudo, pertencente àqueles que todos os dias residem e estão aqui.

Na semana passada, no Rotary Clube do Lago Norte, a comunidade daquela região pediu auxílio à Polícia no sentido de defesa, não de repressão. S. Ex^a o Secretário de Segurança informou que, infelizmente, nem Kombis usadas a Polícia tinha. Ora, aquilo que o Estado tem o dever de fornecer, nós temos a impossibilidade de atender, não obstante as autoridades estejam atentas às problemáticas.

Recentemente, um Tribunal de Justiça esteve para ser paralisado, impossibilitado de cumprir a lei. É a mutilação do aparelho judiciário e policial.

Que cidade é esta que abriga, na verdade, o cérebro das decisões nacionais? Por que ocorrem essas histórias? Ao invés de encontrarmos um somatório, verificamos alguns privilegiados. Eles existem. Vou citar um que esta semana se voltou contra a Capital Federal, provavelmente refestelado nos seus tapetes persas e na sua valiosa pinacoteca. Instalou-se em São Paulo e investe contra Brasília, que considera "um sumidouro de dinheiro". Esse homem não pertence ao lado bom de São Paulo, porque a esse lado pertencem aqueles que têm sensibilidade com o social e que não acham que o homem que mora no morro é um bandido.

Sr. Presidente, lemos no jornal, para tristeza nossa, que alguém que faz de Brasília os terrenos baldios das suas transitoriedades, não convive com o nosso cenário e —, por conseguinte, não corre riscos porque vai do aeroporto para a Câmara e da Câmara para São Paulo. Investe contra a cidade, tentando podar a Capital. Não só minha. Não represento uma cidade singular, sou um representante da Capital Federal. Sou mais um dos 81 Senadores que aqui convivem com seus netos, filhos, chefes de gabinete, com a sua equipe de trabalho, com os taquígrafos. Não só eles, mas todos nós, esta comunidade, sente-se visivelmente ameaçada, não por uma impotência governamental do Executivo local, mas pela falta do mínimo necessário para que possamos resolver nossas problemáticas. Que esta Capital volte a ser aquilo que o nosso ilustre Senador Valmir Campelo acabou de dizer.

Sr. Presidente, Brasília costuma ser, sim, para esses que a criticam, às vezes uma ilha da fantasia, mas para quem quer fantasiar-se, porque Brasília é também para quem quer trabalhar. V. Ex^a e os Senhores Senadores que aqui estão são testemunhas de que Brasília é um palco ideal para que se possa exercer a democracia em toda a sua plenitude e segurança. As pressões mais radicais podem ser limitadas, para que exerçamos as nossas atividades, com grandeza, liberdade e responsabilidade.

Brasília, Sr. Presidente, também tem o seu lado bom. Brasília tem os seus moradores mais simples, não só aqueles que vivem eventualmente no reino da fantasia, mas aqueles que vivem e trabalham aqui e lutam para que o Brasil faça-se representar num cenário de dignidade, de respeito e de segurança.

É nosso dever alertar, Sr. Presidente, antes que mal maior possa acontecer, para que amanhã não venhamos carpir a morte de um filho ou neto, um filho de um funcionário nosso, um genro que conosco mora porque foi vítima da nossa omissão.

Não estamos pedindo muito, Sr. Presidente. Na verdade, estamos pedindo o necessário, porque esta é a terra que abriga todos os brasileiros e todos os representantes estrangeiros. Gratuitamente, damos apoio, segurança, saúde, educação e outros.

Logo, não é possível ficarmos analisando o sentido de que a solução para os problemas de Brasília dependa da eventual boa vontade do Relator de uma Comissão Orçamentária, ou de um Ministro que mal acabou de chegar; não arrumou ainda as suas gavetas e tem que receber o Governador com pires na mão, suplicando o mínimo necessário para o plano de saúde e para o de educação.

É certo, Sr. Presidente, que esta Casa e todos aqueles envolvidos no problema orçamentário podem e devem examinar estas questões. Para o que é fundamental, para o que é essencial, para a nossa própria condição de trabalho e para a condição de trabalho do povo, de todos que aqui militam, é preciso que se faça realmente uma depuração, separando o joio do trigo.

O próprio Presidente da República preocupa-se com o problema social.

Um artigo do Deputado Paulo Mandarin, publicado hoje no **Correio Braziliense**, cita:

"O próprio Presidente em exercício tem-se mostrado bastante preocupado com os efeitos perversos do prolongado processo recessivo na vida das camadas mais pobres da população. Sua maior angústia é encontrar no Governo os mecanismos que permitam, a curto prazo, como a realidade exige, a retomada econômica, do nível de emprego e a implementação de programas sociais — essa é a sua palavra chave — voltados para os setores de baixa renda."

É preciso, Sr. Presidente, que tomemos medidas preventivas, e que, ao invés de aprovarmos verbas para reformar, por exemplo, presídios, destinemos verbas para a formação de homens, a fim de que haja menos delitos, menos criminosos. Isso só será possível através do binômio educação e trabalho. Educação, para que o homem tenha o mínimo necessário para exercer sua cidadania com conhecimento dela; trabalho, para que tenha dignidade e não necessite viver de esmolas e favores. É preciso que todos os Srs. Senadores atentem que Brasília é uma capital da República e que a responsabilidade é nossa.

Fazemos nossas as palavras do texto, publicado pelo Grupo do Rio, de autoria do eminente Senador e hoje Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso.

Diz S. Ex^a no texto:

"O documento final — refere-se ao Grupo do Rio — sela o compromisso de continuar fortalecendo os programas políticos, econômicos e sociais orientados para gerar condições favoráveis para a incorporação definitiva da população em situação vulnerável ao processo de desenvolvimento e para eliminar os desequilíbrios estruturais, em particular, as condições de pobreza e marginalidade que ainda afetam nossos países."

Desaparece o claro nexó entre a crise social e a democracia que muitos governantes desejam deixar bem esclarecido, tal como expressou o Chanceler brasileiro Fernando Henrique Cardoso antes de começar a reunião presidencial.

S. Ex.^a é enfático ao dizer: "A democracia acompanhada de miséria é muito difícil de sustentar na maioria dos nossos países. Consideramos que o Grupo Rio deve complementar o tratamento político dos temas com orientações econômicas".

Sr. Presidente, para tudo há solução.

Apresentamos, nesta Casa, e hoje com o apoio de 28 Senadores uma Proposta de Emenda Constitucional. O que propomos — nós, os brasileiros — depois de estudar esta matéria no fórum da Federação do Comércio do Distrito Federal? Cinco por cento do Produto arrecadado pelo Imposto de Renda e IPI. Há neste momento uma Comissão cujo Presidente é o Senador Francisco Rollemberg, homem sensível, e Vice-Presidente o Senador Waldir Campelo, tendo como Relator o nobre Senador Irapuan Costa Júnior, estudando esta proposta. Portanto não estamos pedindo nada a ninguém; estamos pedindo o que é nosso.

Na Ceilândia e em Taguatinga, o trabalhador desconta o seu Imposto de Renda para contribuir com a Nação. É claro que queremos contribuir, porque o nosso PIB é satisfatório, mas precisamos ter o mínimo necessário.

Contribuímos, no último balanço com 2 bilhões e 500 milhões de dólares e retornaram para o Distrito Federal apenas 30 milhões.

Sr. Presidente, se tivermos realmente os 5% desejados para que sejam aplicados, no Distrito Federal, vamos permitir que melhorem essas nossas emergências.

Volto ao início do meu pronunciamento.

Brasília, aquela cidade que efetivamente oferecia tanta tranquilidade para se viver, está também ficando ameaçada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Superquadra Sul 309 mora um ex-Presidente da República, Colega nosso. Isso não importa. É apenas uma citação para detalhar que ali mora uma autoridade, bem como tantos outros brasilienses comprometidos com a nossa cidade.

É um apelo que faço Sr. Presidente, para que levemos realmente avante essa Emenda Constitucional. Que o Poder Executivo tome a iniciativa de permitir que a cidade de todos os brasileiros não seja, amanhã, uma cidade somente decantada pela sua beleza, ou por ser Patrimônio Histórico da Humanidade, mas também por se tratar de uma cidade onde aqueles que aqui militam, aqueles que têm a responsabilidade do trabalho e do exercício de misteres legislativos, executivos e congêneres possam exercer as suas funções com tranquilidade.

A cidade está ameaçada, Sr. Presidente. Antes que aconteça o pior, temos o dever de alertar, para que o nosso amanhã seja o que sempre foi: de um sol ardente, candente, luminoso, que o mundo respeita.

Obrigado, Sr. Presidente.

COMPARECERAM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Álvaro Pacheco — César Dias — Dario Pereira — Eduardo Suplicy — Gerson Camata — Henrique Almeida — Hydekell Freitas — Jarbas Passarinho — João Calmon — Jutahy Magalhães — Lavosier Maia — Márcio Lacerda — Nelson Careneiro — Ronan Tito

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Nos termos do art. 174 do Regimento Interno, a Presidência resolve dispensar o período correspondente à Ordem do Dia de hoje.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1991 COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991-Complementar, (nº 69/89, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, tendo Pareceres:

— Sob nº 412, de 1992, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece; e

— Proferido em Plenário, Relator: Senador Amir Lando, contrário às Emendas de Plenário.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social. (Dependendo de Pareceres).

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1992 (nº 3.203/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências. (Dependendo de Parecer).

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera a redação de dispositivos da Resolução nº 86, de 1991, modificada pela Resolução nº 5, de 1992, ambas do Senado Federal (Dependendo de Pareceres).

— 5 —

OFÍCIO Nº S/76, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, c, do Regimento Interno)
Ofício nº S/76, de 1992, pelo qual

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul solicita autorização para contratar operação de crédito, no valor de quinhentos e um bilhões, novecentos e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil e dez cruzeiros, para os fins que especifica. (Dependendo de Parecer)

— 6 —

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1991
COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 394, de 1992) do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.

— 7 —

DECRETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1992 (nº 77/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio para Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia, em Brasília, em 15 de agosto de 1990, tendo

Parecer favorável, sob nº 377, de 1992, da Comissão
— De Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, um desses dias, lendo a parte econômica de alguns jornais, deparei-me com a seguinte manchete: “Depósitos de TDA em juízo permite ganho financeiro”. Trata-se de um artigo, muito bem elaborado por Cláudio Gradiloni, do jornal a *Gazeta Mercantil*, de São Paulo — a xerox não está muito boa — que nos remete aquilo que a imprensa e os Parlamentares acostumam-nos a chamar de moedas podres.

Não sei se vale à pena fazer uma análise do que seja moeda podre antes ou depois de comentar as transações que temos, hoje, no mercado com títulos do Governo. Lutei aqui pela privatização da primeira empresa colocada em leilão, a Usiminas, no meu Estado. Não tive companheiros na Bancada para lutar a favor. Ao contrário. Presenciei Parlamentares da minha Bancada — e respeito esse ponto de vista deles — lutarem para que não houvesse a privatização da Usiminas. Inclusive, tivemos a subscrição de alguns Senadores para sustar o processo.

A privatização, no meu entendimento, tem que seguir o seu curso normal. Se observarmos a origem de tantas empre-

sas estatais, verificaremos que a estatização mais forte deste País aconteceu no regime militar, principalmente no Governo presidido pelo General Ernesto Geisel.

O interessante é que todos nós, quando discutimos em tese, dizemos, por exemplo, que somos a favor da privatização, que o Estado está enorme. Por outro lado, um Estado inadimplente na educação, na saúde, na infra-estrutura, na prestação de serviços de justiça e de segurança, como é que ainda se mete a fazer empresas? Outros argumentam que as empresas estatais são o paraíso da irresponsabilidade administrativa.

Devo dizer, Sr. Presidente, que as razões que me movem são diferentes dessas. Temos estatais muito bem dirigidas, estatais bastante eficientes. Mas entendo também que uma verdadeira democratização do poder só poderá vir após não um Estado mínimo, mas um Estado exato. Também não sou partidário de um Estado mínimo, não sou liberal — para mim esse negócio de liberalismo total já passou desde o século passado; o *laissez-faire*, o *laissez-passer*, isso para mim ficou enterrado no século passado. Luto por um Estado soberano; enquanto o Estado brasileiro ficar preocupado com as suas estatais, ele não é soberano para administrar a economia. Ele fica preso às suas empresas. Os seus modelos são as próprias empresas, que nem sempre são exemplos de eficiência.

Eu gosto muito de tocar nos tabus. E vou, neste momento, falar da intocável Petrobrás. A Petrobrás, que saiu na relação deste ano como um dos maiores patrimônios líquidos do mundo, a 15ª empresa do mundo em patrimônio líquido, apareceu na revista *Fortune* com um patrimônio líquido de 170 bilhões de dólares. Ora, o patrimônio líquido da Petrobrás, se fosse possível, verdadeiramente viabilizado, daria para pagar as nossas dívidas interna e externa, e ficaríamos zerados.

Eu fui empresário durante muitos anos. Outro dia, eu disse aqui que carregamos conosco o cacoete da nossa profissão anterior. Referia-me a advogados, referia-me até ao meu Líder e do qual sou admirador, Senador Pedro Simon, que no momento defendia uma questão, com brilhantismo, mas com cacoete do advogado de júri.

E, agora, vou falar com cacoete de empresário. Não me impressiona valor patrimonial. Não me impressiona ativo líquido. Quando fui ver o ativo líquido da Petrobrás, assusta a qualquer um, 15ª empresa do mundo. No entanto, os senhores sabem qual é o faturamento anual da Petrobrás? Dezoito bilhões de dólares. Significa pouco mais de 10% do seu patrimônio. Eu nunca tive a pretensão de vender ou privatizar a Petrobrás. Apenas, neste instante, estou analisando a Petrobrás como empresa, mesmo porque entendo que ela é imprivatizável.

A maior privatização de que tenho conhecimento na história recente da Humanidade foi de 8 bilhões de dólares. Não conheço nenhuma privatização de mais de 8 bilhões de dólares. É difícil compor, mesmo um *pool* de compradores, para uma cesta de valores superiores a 8 bilhões de dólares. E tem que ter atrativos enormes. Que atrativos teria uma empresa que tem um patrimônio de 170 bilhões de dólares e fatura 18 bilhões de dólares?

A empresa que não gira o seu capital em um ano, um ano e pouco, é ineficiente — esse é um conceito internacional. Não sei que qualificação teria uma empresa que leva 9 anos e 2 meses para girar o seu capital, se é considerada ineficiente aquela que leva mais de ano e meio para fazer isso.

Mas estou analisando a Petrobrás para analisar outras estatais. Por que a Petrobrás chegou a um patrimônio tão grande com uma eficiência tão pequena? Por uma série de problemas que só aconteceram nas empresas estatais. Isso ocorre à custa de quem?

Na iniciativa privada, se o proprietário quer capitalizar sua empresa, tem duas alternativas: transfere para ela ativos de outras empresas ou tem que se socorrer de empréstimos. Nenhum banco emprestaria dinheiro para uma empresa privada com um patrimônio de 170 bilhões de dólares e tão ineficiente. Para empresa estatal empresta, porque o Tesouro está aí para garantir. Se somarmos, de dez anos para cá, o que saiu de subsídio, por meio do Orçamento, dinheiro que foi subtraído e destinado ao petróleo, à Eletrobrás, a isso ou aquilo, verificaremos que o total é absurdo. Talvez esse dinheiro desse, hoje, para contermos o cólera ou dar maior assistência ao ensino básico.

Agora estou chegando à questão nodal: o caixa, seja do Tesouro ou de uma empresa, é sempre um. Ele é único. Já se disse, com muita sabedoria, que administrar é priorizar recursos. Onde é que eu vou aplicar esses recursos? Vou aplicar na Petrobrás, na perfuração de poços de petróleo, ou vou aplicar em educação? E não existem duas maneiras: vou aplicar dois na Petrobrás e dois em educação. Isso não existe.

Então, o que acontecia na Usiminas? Diziam que a Usiminas era uma empresa eficiente. Vamos ver se ela é eficiente mesmo. Os números são frios. Qual é o patrimônio da Usiminas? Vamos dizer, 6 bilhões de dólares, o patrimônio de investimento. Todos queriam que se vendesse a Usiminas por 6 bilhões. Alguém até falou em 18 bilhões de dólares. Acontece que se vende uma empresa não pelo patrimônio imobilizado, mas pela possibilidade de render lucros, render dividendos, remunerar o capital. Qual a rentabilidade da Usiminas nos últimos dez anos? Remunerou o capital ao menos em 8% ao ano? Uma rentabilidade boa, no mundo todo, é em torno de 10% a 12%. As famosas *blue chips* da Bolsa de Chicago, de Nova Iorque, de Tóquio estão em torno de 10%. Uma excelente remuneração do capital.

A Usiminas não remunerou o capital nem em 1%. Também isso não quer dizer que a Usiminas fosse ineficiente. Ela foi montada há muitos anos, e equipamentos modernos, novos, sofisticados, apareceram no mercado. A aciaria de grande porte, mais recentemente instalada que nós tivemos foi a da Coreia que ficou, mais ou menos, a um custo de 1.200 dólares por tonelada de aço produzido. A Usiminas produzia, à época, e está produzindo pouco mais do que isso, 1 milhão e 200 mil toneladas; então, o valor dessa empresa é aquilo que se gastaria para montar essa empresa hoje, não aquilo que se gastou para montar aquela empresa durante 10 anos.

O que adianta eu ter um valor histórico, um grande elefante branco que come muito? E a rentabilidade? Qual a possibilidade que ela tem de remunerar o capital?

E aí optamos, nós os parlamentares, para o sistema de venda mais transparente já descoberto no mundo, que é o sistema de leilão, e leilão integrado. O que é leilão integrado? Alguém poderá estar em Minas Gerais, Bahia ou Pernambuco e estar fazendo o seu lance num leilão que está acontecendo no Rio de Janeiro. Então, fomos para o leilão.

Ora, se o negócio era muito bom e foi denunciado daqui, por um ilustre Senador desta Casa, que aquilo era uma negó-

ciata, um jogo de cartas marcadas e que uma empresa japonesa já tinha tudo arrumadinho para dar o bote. Eu não sei como é que se dá bote para dar um grande golpe num leilão público. E o leilão foi anunciado para o mundo inteiro. Se o sujeito vai comprar uma galinha morta por 10, mas ela vale 50, vai aparecer alguém mais inteligente que pode comprar por 20 e não vai deixar aquele sujeito comprar por 10.

É assim que raciocina o empresário. O empresário só quer saber do seu lucro.

Então, colocou-se em leilão, deu no que deu. Depois, a grande acusação: "A Usiminas foi comprada com moeda podre".

Muitas foram as razões que me levaram, verdadeiramente, a querer aceitar a privatização da Usiminas. A primeira delas originou-se durante o período em que o Dr. Dilson Funaro foi Ministro da Economia. O Governo do Estado de Minas Gerais reclamava que a arrecadação havia caído a níveis inaceitáveis e, para arrecadar mais, começou a fazer apreensões de carrocinhas que transportavam, da fazenda para a cidade, meio saco de feijão, ou meio saco de arroz, que, muitas vezes, eram levados para a própria família.

Solicitei, então, da Secretaria da Fazenda do meu Estado um mapa de arrecadação e verifiquei que o aço havia caído na perpendicular. Liguei para os presidentes das aciarias e perguntei-lhes se teria havido uma queda substancial na sua produção. Eles me responderam que não, que estavam produzindo a todo vapor. Perguntei, então, como estava o mercado internacional. E aí veio a resposta: 'O mercado internacional está muito bem, mas, no mercado nacional, estamos vendendo aço a 55% do mercado internacional, porque o Governo havia tabelado. Essa é a consequência de se querer conter a inflação com tarifas públicas ou com tarifas de estatais.

Nesse momento, porém, havia uma razão a mais. Em conversa com o Ministro, que estava até com pressa, pois iria viajar para os Estados Unidos, disse-lhe que faria o meu discurso, já que não podíamos falar, e deixaria registrado o meu protesto, porque o meu Estado estava perdendo, na época, um bilhão de cruzeiros por mês, todos os meses, em ICMS. Depois, com calma, ele explicou-me que o Governo estava muito interessado na exportação de veículos e que, para isso, precisava baixar o preço da chapa de aço.

Confesso que, na hora, engoli a pílula como argumento, mas não aceitei. Que se dê esse subsídio à indústria automobilística, se não for possível; mas achatar os preços de aço, descapitalizando as empresas, acabando com o ICM, isto é uma transferência de ICMS, uma transferência de receita, uma transferência absurda e inaceitável de recursos do meu Estado para o de São Paulo. Fiz as contas e mostrei quanto se estava transferindo nesse momento para São Paulo. Aliás, há 20 anos, o Ministério da Economia estava nas mãos de São Paulo, e os Ministros eram useiros e vezeiros em fazer isso não só com o meu Estado, mas com todos onde havia estatais.

Imaginemos um governo que decida exportar automóveis. Ele sabe que, embora pague os menores salários do mundo e exportação não tenha impostos, seu custo não é competitivo. Resolve, então, achatar o preço das chapas de aço, obrigando, com isso, a indústria particular a subsidiar essa exportação. Mas qual o empresário que vai aceitar isto? E aí entra a estatal, ou seja, dinheiro do Erário, dinheiro do Tesouro, dinheiro do povo recolhido através do Imposto de Renda.

Após fazer um estudo da Usiminas, Acesita e Açominas, produtoras de aço de conformação, fiquei impressionadíssimo ao verificar que, com os subsídios do aço, só em ICM, além de subtaxas, haviam sido transferidos mais de 2 bilhões de dólares de Minas Gerais para São Paulo em 10 anos. Uma forma de se coibir isso, sem dúvida nenhuma, seria colocarmos nas mãos de particulares, que terão de pagar o ICM pelo preço normal.

Mais tarde, fui examinar a questão das chapas dos automóveis. Pasmem os Srs. Senadores: quando terminei o estudo, verifiquei que o valor da chapa de aço, no custo final do automóvel, não chega a atingir 5%. Isso mostra que a chapa de aço não teria grande importância na competitividade internacional. Na verdade, era uma desculpa esfarrapada, alegada de tempos em tempos, que só servia para empobrecer a aciaria.

A Usiminas, há muitos anos, está precisando reequipar-se e modernizar-se, mas não poderia fazê-lo, porque tinha que vender aço subsidiado, muitas vezes sob a desculpa de se conter a inflação. O preço ficava congelado por seis meses, com uma inflação de 20% ao mês, congelamento esse inaceitável por parte da iniciativa privada. Isto não aconteceu apenas uma ou duas vezes.

Aos que indagavam por que a Usiminas, eu respondia com outra pergunta: Por que não a Usiminas, se temos que privatizar alguma empresa? E veio a privatização da Usiminas. Confesso que fui à toca da onça: fui à Assembléia dos Trabalhadores da Usiminas fazer uma palestra sobre privatização dessa empresa; mas o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores esvaziou a sala na hora em que eu estava falando. Até um sacerdote da minha Igreja começou a lançar imprecações, dizendo que eu era entreguista e que estava mancomunado com as negociatas da época.

Há duas semanas, fui convidado a receber uma medalha dos trabalhadores da Usiminas, satisfeitos com os resultados da privatização. Mas já respondi, por escrito, que não aceito essa medalha, porque não me foi dada a oportunidade, antes, de mostrar as razões por que eu achava que se devia privatizar essa empresa. A privatização poderia não ter sido exitosa, mas isto não ocorreu. A bem da verdade, se formos analisar o perfil dos compradores das ações da Usiminas, vamos verificar que ela deixou de ser estatal para ser socializada, porque os proprietários da maioria do capital das estatais são os seus fundos de pensões, isto é, seus próprios funcionários.

Pretendo ainda falar sobre esses fundos de pensões, quando pretendo trazer todos os números para mostrar, por exemplo, que o fundo de pensão do Banco do Brasil é suficiente para comprar o Banco do Brasil à vista, e ainda sobram uns trocados. São anomalias que vão surgindo dentro dos regimes fechados e que, não tendo a fiscalização do Congresso Nacional e da imprensa, vão crescendo a ponto de gerar monstros atrás de monstros.

Creio que ninguém de bom-senso neste País seja capaz de dizer que a privatização da Usiminas foi uma má negócio. Remanesce apenas um argumento, e um argumento forte: Mas foi comprada, na sua maioria, com moeda podre.

O que é moeda podre? Façamos um pequeno exercício de raciocínio. Num determinado momento, o Tesouro não tinha mais dinheiro para injetar nas suas estatais, depauperadas pelas razões que acabei de expor, tais como: contenção das tarifas para diminuir a inflação artificialmente, etc. Então, o Governo lançou mão de debêntures — as famosas debêntures da Siderbrás — e as jogou no mercado. O mercado

as comprou. Com esse dinheiro —, o Governo recapitalizou as suas empresas de aço, inclusive a Usiminas.

Confesso que ainda não consegui compreender esse passe de mágica. O dinheiro captado era bom, pois foi conseguido através de um papel chamado debênture; foi colocado na Usiminas, que virou “dinheiro quente”. Mas o papel que serviu para captar esse dinheiro chama-se moeda podre. Não consigo entender essas mágicas.

As vezes, vejo alguém chamando o TDA — Títulos da Dívida Agrária — de moeda podre. E o pior é que esse parlamentar e, às vezes, esse jornalista, quando é questionado se é a favor da reforma agrária, diz que ela precisa acontecer. De acordo com a Constituição e com as leis brasileiras — e isto hoje é consenso mundial — as terras a serem desapropriadas significam, mais ou menos, de 15% a 20% do custo do projeto de reforma agrária; mas não basta apenas ter a terra, todos sabemos disto. A terra é indispensável, mas insuficiente.

Então, somos a favor da reforma agrária, mas desacreditamos publicamente — e o próprio Governo, através do Tesouro, foi o primeiro a fazê-lo — o Título da Dívida Agrária, dando a ele o apelido de “moeda podre”. São certos milagres que, para mim, ficam difíceis de entender. Verdadeiramente, a semântica política e jornalística, às vezes, fazem-me ficar um pouco confuso.

Agora, surge essa denúncia da *Gazeta Mercantil* sobre a conduta de juízes em casos de recolhimento de impostos. No debate entre o empresário que deveria recolher o imposto e o Fisco que deveria arrecadá-lo, quando termina a última instância administrativa, há o recurso para o Judiciário, e a lei obriga que o empresário deposite o valor correspondente da ação em dinheiro. Acontece que os advogados competentes dizem: “Vou depositar, e por que não em TDA? O TDA é uma moeda emitida pelo Governo, assim como o cruzeiro”. E, com a sua lógica própria, vão ao juiz e dizem: “Isto é uma moeda emitida pelo Governo, cujo valor de face é 100; o valor do meu débito é de 100, portanto, estou depositando 100.” E o juiz concorda.

Acontece que o valor de face é 100 e o valor da cotação é 37. Mas todos os juízes estão recebendo, e dentro de uma lógica irrefutável: isso é emissão do Governo. O que essa causa pretende? Arrecadar recursos, tributos para o Tesouro. Ora, se tenho 100 que o Governo quer receber e tenho 100 que o Governo deveria ter pago e não pagou, vamos fazer um encontro de contas. Nada mais justo.

É interessante é que, segundo notícias, são mais ou menos trezentos bilhões de cruzeiros em TDAs depositados em juízo, e todos aceitamos. Mas vejamos o pragmatismo do empresário: ele tem que depositar 100; vai ao mercado e compra TDA por 37; sobram-lhe 63, que ele aplica no mercado de capitais, comprando, muitas vezes, títulos que o Governo remunera com correção monetária mais 20%, 25% ou até 28%. No Governo Collor, chegou-se a pagar 32% ao ano para captar recursos na base.

Vejam V. Ex^{as}. o que está acontecendo: o indivíduo tem uma dívida de 100, compra TDA de valor nominal 100 por 37 e aplica os 63 restantes. Como essas causas em juízo demoram cerca de três a quatro anos, caso perca a causa, o empresário paga seu débito com o rendimento dessa diferença. Ou seja, ele embolsa os TDAs, o diferencial de 63 aplicado no mercado, em títulos do Banco Central com remuneração de 25% a 30% ao ano, e coloca na gaveta; com o rendimento,

paga os tributos que estava contestando. Em três ou quatro anos, está tudo pago, liquidado, e sobra-lhe capital.

Que incentivos oferecemos para alguém arrecadar? O empresário é pragmático. Qual é o seu maior objetivo? O lucro. Evidentemente, um bom empresário pensa no lado social, na segurança do trabalhador e em outros aspectos.

Há pouco tempo, ouvi uma entrevista com o diretor-presidente de uma empresa aérea dos Estados Unidos. Perguntaram a ele: "Qual a sua maior preocupação na direção da sua empresa?" Ele respondeu: "O lucro". Perguntaram: "Mas não é a segurança?" Ele disse: "Sem lucro, como vou proporcionar segurança? Não tenho como revisar as turbinas, como rever todos os equipamentos, como remunerar bem os nossos pilotos; de maneira que a minha obsessão é pelo lucro. Os outros departamentos vão pensar numa maior segurança para a aeronave e para os pilotos, numa melhor condição de trabalho, num atendimento melhor para o passageiro, mas tudo isso só é possível se houver lucro."

Cruel? É possível que seja, mas não estou falando de hipóteses. Estou falando de uma realidade tópica. Isso é o que ocorre.

As moedas podres não servem para comprar os ativos não podres, os ativos sadios do Governo. Mas repito: quem emitiu essa moeda e para que foi emitida? As debêntures emitidas pela Siderbrás objetivavam exatamente capitalizar as aciarias. E os Títulos da Dívida Agrária? Para fazer reforma agrária. Será que não queremos nem capitalizar as nossas empresas, nem fazer reforma agrária? Será que não estamos percebendo que, na medida em que ridicularizamos a moeda emitida pelo Tesouro Nacional, chamando-a de moeda podre, estamos acabando com qualquer possibilidade de reforma agrária ou de captação de recursos para capitalizar as empresas estatais?

A cada dia, estou juntando mais uma pedra nesse quebra-cabeça sem fim, mas fiquei assustado com os números apresentados pela *Gazeta Mercantil*, na sua edição de sexta-feira, sobre os depósitos feitos pelos empresários que não concordam com o levantamento: só de PIS, 300 bilhões de cruzeiros já foram depositados com Títulos da Dívida Agrária. Fico entre a cruz e a caldeirinha: se questiono esse depósito, estou primeiro questionando o órgão emissor que é o Tesouro Nacional; se questiono essa moeda, estou questionando o objetivo para que ela foi emitida, ou seja, para fazer a reforma agrária.

Seria até extraordinário se tivéssemos dinheiro vivo para desapropriar terras. Mas aí iríamos dizer: "Reforma agrária com pagamento da terra em cash é negociata, não é reforma agrária". Concordo com isso. O latifúndio improdutivo tem que ser desapropriado, mas com moeda que se pretende resgatar na data marcada e pagando os juros que o Governo estipulou. E quando o Governo emite uma moeda — não importa se chama cruzeiro, TDA, debêntures da Siderbrás — e depois não a honra, podre não é a moeda; podre é o Tesouro, podre é o País, podre é o Governo.

Estou vendo anunciar-se, até com certo júbilo e alegria, que os Ministros Gustavo Krause e Paulo Haddad, a dupla "pífia e caipira", pretendem arrecadar mais impostos no próximo ano. Em recente levantamento, constatou-se que, das trezentas maiores empresas do País, sessenta por cento estão pagando menos de 50% dos impostos que deveriam recolher. E nisso estão envolvidas também empresas multinacionais. Vou repetir, Sr. Presidente: das trezentas maiores empresas do Brasil, sessenta por cento ou mais estão arrecadando aos cofres públicos menos de 50% do que deveriam arrecadar!

Os expedientes são claros: não se arrecada; vem o fiscal e levanta o débito. Há cinco instâncias administrativas para se percorrer, e começa-se a discutir dentro do Ministério da Fazenda. Daqui a um ou dois anos, quando descobrirem que a dívida é líquida e certa, o que se faz? Deposita-se moeda podre, ou seja, cem por cento do valor nominal e 37% do valor de face. Os 63% restantes, que deveriam ter sido arrecadados e não o foram, são investidos no mercado de capitais, na compra de títulos do Governo — e estes são os chamados "títulos bons".

Como quebraremos essa corrente diabólica? Onde vamos parti-la? Estamos como cachorros correndo atrás do rabo há mais ou menos treze anos: "A culpa é da dívida externa, do FMI, dos bancos internacionais, do Banco Interamericano, do Clube de Paris". É engraçado observar que países que abrigavam essa mesma corrente de pensamento hoje estão todos filiados ao FMI. A Albânia, por exemplo, filiou-se há pouco mais de um ano; o mesmo ocorreu com todos os países da antiga Cortina de Ferro — e pedem pelo amor de Deus para fazer parte dessa "desgraça pelada" que se chama FMI.

E nós continuamos aqui — antes da Albânia, antes de 1917 — a falar de algo que até hoje não foi bem analisado, ou seja, o que é o FMI? É um banco, uma agência de desenvolvimento que tem critérios mais ou menos rígidos; para aprovar uma contabilidade, também realiza auditoria. Ele faz algumas exigências; há casos em que chega a colocar interventor na economia do país em questão. Hoje temos pelo menos dois países na América Latina com a presença de auditores do FMI — já a tivemos também. Pois bem, Sr. Presidente: se tivéssemos hoje, no Brasil, a presença de um membro do FMI controlando a nossa economia, no momento em que o Ministro Antônio Britto noticiasse que iria pagar os 147%, ou ele cairia, ou não pagaria, ou o País seria cortado do FMI.

Existe o monitoramento e a carta de intenções — são dois estágios. O monitoramento aplica-se ao país que é tido como inadimplente, relapso, incapaz, etc. Então, há uma intervenção e, em consequência, o monitoramento. A carta de intenções só é aceita quando o organismo chamado FMI, do qual somos sócios-fundadores, entende que o país está caminhando na direção de fazer os acertos. Que acertos? Acertos da dívida externa, acertos da questão da arrecadação.

Não sou economista, mas qualquer indivíduo medianamente informado ou iniciado em Economia sabe muito bem que a inflação tem muitas causas, mas a principal, a fundamental é o déficit. O que é o déficit? É gastar mais do que se arrecada. Alguém poderia argumentar: mas a Itália está com um déficit orçamentário da ordem de 13,6% do seu PIB e quase não tem inflação, ou seja, a inflação é menor do que 10% ao ano. O Brasil está com um déficit de 5% e tem uma inflação nessas proporções que conhecemos. Então, a culpa não é só do déficit. Acontece que a Itália financia todo o seu déficit. Na medida em que ela tem déficit, mas arranja emprestado e tampa o buraco, ela não tem déficit.

O Brasil tem um déficit pequeno, que deve estar rondando a casa dos 3,5%, mas não temos a possibilidade de arranjar nem 0,5% para tampá-lo. O que acontece? Lançamos moeda no mercado, uma moeda que ninguém chama de "podre", mas que é: o cruzeiro, que apodrece 24% ao mês todo mês. Com isso enganamos o trabalhador, a empregada doméstica, o funcionário, o assalariado como um todo. Essa, sim, é a grande moeda podre do País.

Aonde quero chegar? Quero chegar ao seguinte, Sr. Presidente: devemos acertar as nossas contas, não para gáudio do FMI, pois pouco se lhe dá se o fazemos ou não; é provável até que ache bom que não nos acertemos, porque há uma promessa de empréstimo de 2 trilhões de dólares, e, na fila, só na Europa dita Oriental, há uns 30 países mendigando esses dinheiro: Tcheco-Eslováquia, Polônia, Rússia, Geórgia e outros, todos de pires na mão, ajoelhados, suplicando esse dinheiro para comprar alimentos. Então, ao FMI não interessa que acertemos.

Interessa a quem então acertar? Interessa ao Brasil e aos brasileiros; interessa a eles acertar externamente com os credores, porque existem lá fora, segundo alguns, dois trilhões de dólares disponíveis para financiamentos de longo prazo, a juros, hoje, de 4% a 5% ao ano; e existe, aqui dentro, uma possibilidade enorme de sairmos desse atoleiro, mas se o País arrecadar, pelo menos, de 28% a 30% do PIB. De 10 anos para cá, o Brasil está arrecadando 21% do PIB. Não conheço nenhum país no mundo que tenha se acertado, acabou com a sua inflação, fabricando um déficit de 3,5% a 5% ao ano sem uma arrecadação.

O inimigo do Brasil está aqui dentro: somos nós, com o nosso discurso infantil. Enquanto isso, os empresários estão batendo palmas e gritando: "Bravo! É por aí mesmo!" Tenho a impressão de que com alguns há até um certo acordo. De madrugada, encontram-se os autores desses discursos e os grandes empresários do País para dizer: "O culpado disso é o FMI mesmo. Enquanto isso, não estou pagando impostos."

O imposto, no Brasil, é cruel. O consumidor paga sempre: quando compra um sapato, uma camisa, um litro de leite, um pão. O que acontece então? Acontece que, muitas vezes, o dinheiro não vai do empresário para a Exatonia. E aí tem que se fazer uma grande cortina de fumaça, para que ninguém conheça bem esse caminho. E, por outro lado, quem é louco, também, de ficar aqui denunciando as empresas? Depois, não se elege nem vereador da Pratinha. Ou o Brasil arrecada 30% do seu PIB, ou ele não tem saída para a Previdência, para a inflação, para a escola, para a rede de esgotos.

Eu disse que ainda não tinha dado todas as razões da privatização. Vou dar mais uma: diminuir o débito público interno. Devemos hoje em torno de 82 bilhões de dólares. Não é preciso ser um gênio para fazer a conta do que estamos pagando. Em relação às últimas Letras do Tesouro, o Governo está entusiasmadíssimo, porque foram lançadas na praça com uma remuneração pequena, a menor dos últimos tempos: 20% ao ano. Isso é crime que brada aos céus e pede a Deus vingança — 20% ao ano! — quando temos dinheiro lá fora a 4% e 5% ao ano. Por quê? Não temos credibilidade. Quem está comprando esses títulos sabe que está empurrando e nunca compra títulos para daqui a dois anos; sempre compra títulos de dois ou três meses, corre um risco. Quando alguém aplica seus recursos, vê duas coisas: primeiro, segurança; segundo, taxa. A combinação dessas duas coisas dá uma maior ou menor remuneração.

Então, na melhor das hipóteses, para rolar uma dívida de 82 bilhões de dólares, estaremos pagando 16,4 bilhões de dólares, em cruzeiros, por ano; pagando não; aumentando a dívida interna. Só que isso tem um fim, que é o nível de endividamento que aumenta as taxas. Mas também o aumento das taxas chega a um ponto em que esbarra na taxa de risco; e quando chega a essa taxa de risco, ninguém compra mais o título, nem com correção monetária-plus de 100% ao ano. Por quê? Porque sabe que não vai receber.

Temos que parar de ser o cachorro que corre atrás do rabo; temos que olhar com realismo para a nossa situação. Nenhum país roda a sua máquina com menos de 20%. Tivemos o Presidente Collor, que se elegeu dizendo que ia caçar os marajás. E ele dizia que os marajás eram principalmente os funcionários públicos. Estão todos ganhando, hoje, muito mal.

Estamos cumprindo a Constituição de maneira sobeja. Temos o preceito constitucional que nos obriga a gastar, no máximo, 60% do orçamento com a mão-de-obra. Devemos estar gastando algo em torno de 38% do orçamento. E de que orçamento? Um orçamento terrível, mentido, roubado, que, verdadeiramente, não recolhe as taxas, não recolhe os impostos a que tem direito.

Há pouco tempo tive o privilégio de almoçar com o Ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, e perguntei a ele — todo mundo estava conversando, eu quis aproveitar o almoço: "— Ministro, quanto por cento o senhor arrecada do seu PIB?" Ele respondeu: "— Estamos arrecadando 30% do PIB." Então, eu disse: "— O senhor está satisfeito?" Ao que ele respondeu: "Não, senhor. Se não arrecadarmos pelo menos mais 2% do PIB, não teremos como atender às necessidades do país e mais a previdência social." Havia mais dois ministros brasileiros na mesa, e eu saí rindo.

Estamos arrecadando uma média de 20% do PIB nos últimos dez anos. Ouvi até uma argumentação extraordinária de alguém que disse o seguinte: "— Acertamos a dívida externa, estamos até pagando as prestações, mas como tem aumentado a dívida interna!" Como é que se quer pagar a dívida externa? Com mágica? Há algum jeito? Ensine-me, Senador Beni Veras. V. Ex.^a é um luminar nessa área. Paga-se alguma coisa com alguma outra coisa! Não se paga nada com o vento! Se queremos pagar a nossa dívida externa, temos que exportar, temos que fazer despesas, temos que usar cruzeiros para comprar dólares, e pagar.

Se não queremos... Já não quisemos no passado. O que aconteceu? Ficamos sete anos brincando de moratória. O País afundou-se numa recessão sem precedentes; os desempregados estão nas ruas, os arrastões estão por aí... Doenças que haviam sido dizimadas há três séculos nos países desenvolvidos, como o cólera, ameaçam o País inteiro. Recentemente, no Rio Grande do Sul, localizaram vibriões do cólera.

A arrecadação do ano passado foi de 21% do PIB e a prevista para este ano é mais ou menos a mesma. Nove por cento do PIB brasileiro significariam 36 bilhões de dólares. Isso daria, sem dúvida alguma, para tapar o déficit e ainda sobriaria em torno de 5 a 6% do PIB para investir em programas urgentes.

Gostaria de fazer uma pergunta àquelas pessoas que ficam atirando pedras no FMI, no Banco Mundial, no Banco Interamericano, nos bancos internacionais, nos banqueiros — não estou aqui defendendo os banqueiros.

Outro dia contaram-me uma piada muito boa sobre um banqueiro da Wall Street que foi pescar. Quando ele fogue o peixe, com muita força, o peixe fugiu e o anzol arrancou o seu olho. Ele estava num iate, como convém a um bom banqueiro, e dali, aconselhado pelo seu médico — banqueiro não vai pescar em alto-mar sem um médico ao lado — decidiu ir para a França, onde, segundo seu médico, estariam fazendo uma prótese extraordinária, em que o olho fica perfeito, pisca normalmente, lacrimeja, e a cor fica igualzinha. Ninguém iria descobrir. O banqueiro, seguindo o conselho do seu médi-

co, foi para a França, e voltou com a prótese. Chegando, ficou tão entusiasmado com a prótese — ele olhava no espelho e não via nenhuma diferença — que propôs uma entrevista coletiva. Os jornalistas se sentaram à sua frente e ele ofereceu um prêmio para quem descobrisse qual era o olho postiço. “— Eu desafio os senhores a dizerem qual é o olho postiço.” E piscava, lacrimejava etc. E um jornalista que estava na fila da frente disse: “— É fácil! É o olho direito.” E o banqueiro: “— O senhor aposta nisso?” “— Aposto,” respondeu o jornalista. “— Por que tanta certeza?” — quis saber o banqueiro. “— Porque ele está irradiando bondade. Só pode ser prótese”.

Ninguém espere bondade de banqueiros. O máximo que se exige de um banqueiro é que ele cumpra o contrato. É o máximo! Ao se exigir mais de um banqueiro, é pouco provável que se consiga obter o que se quer.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo isso é para dizer que ou o Brasil passa a arrecadar, no mínimo, 30% do PIB ou vai ficar patinando a vida inteira no mesmo lugar. Pior, vai afundar! E o cruel é que a recessão é o receituário dos países desenvolvidos para os regimes inflacionários — todas as recessões, não só a brasileira. O que acontece com a recessão? O empresário, o banqueiro, qualquer um deles foge. E como ele faz isso? Ele demite, “enxuga”, racionaliza. Quem é que “paga o pato”? Os desempregados.

E existem, por exemplo, as empresas monopolizadas ou oligopolizadas que fazem mais: Elas diminuem a sua produção e aumentam a sua margem de lucro para manter a sua lucratividade final. Leia-se: indústria automobilística e indústria farmacêutica brasileiras. Quem quiser ler, leia.

Em toda recessão, quem ganha mais? Quem está capitalizado. Quem ganha mais? Aqueles que investem no mercado de capitais. Quem ganha mais? Os bancos.

Os bancos, que tiveram no ano passado um lucro astronômico neste País, este ano, no primeiro semestre, tiveram lucros 55% superiores aos do ano passado. E por falar em lucros, o Banco do Brasil bateu os recordes. Faz parte do grupo de maiores bancos do mundo, com um patrimônio líquido de 80 bilhões de dólares — patrimônio líquido de quem?

Mas agora nós estamos querendo tirar a venda dos olhos. A dupla pífia e caipira resolveu falar a verdade. E ela, para mim, só é pífia e só é caipira porque resolveu falar a verdade: Ou nós arrecadamos dinheiro suficiente para gerir este País sem dependência externa, rolando as nossas dívidas interna e externa, ou este País não terá saída. Aí ela é pífia e caipira. Só aí.

Há, Sr. Presidente, uma proposta que não é de reforma fiscal. Ainda não vi ninguém chamá-la de reforma fiscal. É uma revisão; se quiserem, um acerto. Tem muitos defeitos. Qual é a lei que cobra impostos que é perfeita? Alguém conhece imposto indolor aqui? Muitas vezes as pessoas dizem que o paulista não gosta de pagar impostos e que o mineiro detesta. Quem gosta de pagar impostos? Ninguém gosta. O que foi a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, a guerra do chá? Quem é que não sabe? Tudo por causa dos impostos.

Aliás, tenho um contrarrazão de quem quis comemorar a morte aqui, mas fui boicotado pelo Congresso Nacional — Tiradentes. Muito bobo, ele quis segurar as riquezas deste País, e acabou ganhando uma força lá e outra aqui, 200 anos depois. Então, quando se fala desse assunto, verdadeiramente, tem-se que ter alguma coragem. Mas não é a coragem da valentia, da bravata; é a coragem cívica.

Ouvi pela televisão, e não gostei, alguns luminares da economia, Membros da Câmara dos Deputados. Um fez uma frase de efeito — aliás, ele é emérito fazedor de frases —, dizendo o seguinte: “— Essa revisão fiscal é tão ruim que é possível que ela seja aprovada”. Não dá vontade de rir? Não é uma frase bonita? Eu até invejei a autoria da frase. Ouvi um outro Parlamentar — pasmem V. Ex^{as} —, que tem uma série de ministros neste Governo, dizer: “— Essa revisão fiscal eu não aprovo”! Que delícia, que parceria extraordinária essa!

Quando começamos a alimentar a esperança de fazer um país sério, pois há democracia, todo mundo pode falar de um lado e do outro, deve falar — não só pode, mas deve falar —, escutamos essas coisas. Tudo bem! Aceito a preliminar. Essa revisão fiscal, eu não aprovo, mas aprovo essa outra, que dá o mesmo dinheiro para o Governo. Essa eu aceito. Mas, pura e simplesmente, queimar as idéias reinantes aí? Existe outro argumento, Sr. Presidente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a não citou nomes, mas coloco a carapuça na cabeça de um companheiro nosso, de um partido lá da Câmara. E posso informar a V. Ex^a que o Deputado José Serra está fazendo um estudo muito profundo dessa matéria e tem estado em contato quase que diário com o Ministro Gustavo Krause e com o Ministro Paulo Haddad. S. Ex^{as} têm trocado idéias, sugestões — algumas aceitas, outras não —, a respeito dessa questão que podemos chamar de reforma fiscal ou não.

O SR. RONAN TITO — Acho que é melhor ajuste.

O Sr. Jutahy Magalhães — As propostas do Deputado José Serra visam, segundo o pensamento de S. Ex^a, levar ao Governo maiores recursos de outra forma que não de uma proposta, porque, de todas as propostas, a que S. Ex^a discute principalmente é a questão do imposto provisório de movimentos financeiros, ao qual sou favorável.

O SR. RONAN TITO — Eu também.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas S. Ex^a discute conceitualmente. Inicialmente, procurei informar-me. Eu disse: Bom, está certo, pode ser contra, mas o que é que se vai colocar no lugar? S. Ex^a apresentou sugestões aos ministros da área econômica, e essas sugestões, não sei, acredito até que não sejam aceitas. Mas S. Ex^a considera que há condições de até, sem emenda constitucional, em caso específico através de decreto, fazer uma ampliação de receita, que cobriria, em grande parte, o que eles imaginam será obtido com esse imposto. Porque S. Ex^a discute também qual será o aporte de recursos em decorrência da introdução desse imposto. É a discussão de um técnico, e podemos discordar da tese de S. Ex^a. Mas pode V. Ex^a ter a certeza de que o partido, como um todo, irá fazer enorme esforço para a aprovação dessa proposta. Se o Deputado José Serra chegar a um entendimento com a área econômica, para fazer com que suas idéias prevaleçam, ótimo! Iremos ajudá-lo no que for possível. Agora, se isso não for obtido, o partido, como um todo, vai defender suas idéias, para que o País, principalmente o Executivo, obtenha os recursos necessários ao retorno do desenvolvimento. V. Ex^a sabe, melhor do que eu, que se o Ministro Haddad conseguir 8 bilhões de dólares para pagar uma parcela da dívida pública, S. Ex^a se considerará um homem rico. Então, essa

será a tentativa que todos nós faremos para dar ao Governo as condições necessárias à governabilidade, e, para que isso ocorra, conto com a ajuda do PSDB, integralmente. Disso, pode V. Ex^a ter certeza. Agora, essa questão conceitual do Deputado José Serra é respeitada por nós, mas se S. Ex^a não obtiver o êxito com sua argumentação, daremos a S. Ex^a todo apoio nesse trabalho que vem executando, porque achamos que há possibilidade de que tenha certa razão em seguir, iremos juntos trabalhar: V. Ex^a e nós, do PSDB. E esperamos contar com todos os votos do PMDB.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a. Como um homem arguto e vigilante, V. Ex^a antecipou o pensamento que iria colocar ao final do meu discurso.

Acontecem, Senador Jutahy, duas coisas: a primeira delas é tempo. Aquela idéia da prorrogação do ano fiscal traria um tumulto de tal forma, ao Brasil, que poderia conturbar mesmo o ajuste fiscal. Então, nos reunimos e todos achamos que o ajuste fiscal tem que fechar até 31 de dezembro, para que ele possa vigor a partir do ano que vem, porque, senão, é o caos!

Por outro lado, também — estou na Presidência da CPI e V. Ex^a é o Relator —, sabemos que o grande problema da falta de arrecadação de impostos no Brasil é a sonegação. Não adianta, nesse momento, Senador Jutahy, pegarmos o imposto mais tecnicamente viável e possível para este País, mas declaratório. O que ele vai fazer? Aumentar a injustiça com aqueles que continuam recolhendo o imposto corretamente, em face da concorrência desleal daqueles que continuam sonegando o imposto devido.

Então, o que pretendem, nesse instante, os dois ministros? E eu os tenho em alta conta, embora já tivesse feito, umas duas vezes, ironia sobre aquele apelido, que achei desrespeitoso, de píffios e caipiras. Píffios, acho depreciativo, mas caipira, não, porque caipira eu sou, com muito orgulho, com muita honra. Eu não sou é janota. Os janotas tomaram conta deste País durante trinta anos e o levaram a dar com a cara na parede. Temos, como consequência, um dos piores quadros sociais do mundo, graças a esses “Ph Deuses” que há por aí.

Senador Jutahy Magalhães, o que eles estão tentando conseguir? Um imposto praticamente auto-resgatável, não declaratório, eu diria, de uma arrecadação compulsória e, por isso mesmo, bem mais difícil de ser arrecadado. Então, essa foi a criatividade.

Não estou dizendo que o imposto sobre cheques, ou imposto sobre operações financeiras, seja um imposto extraordinário. Já disse: não existe imposto extraordinário. Todos os impostos são péssimos, machucam e são pagos pelo consumidor; todos, talvez haja exceção para o Imposto de Renda: depois que se apresentam os lucros, esse cabe, finalmente — quando é pago — às empresas que tiveram lucro.

Então, veja, não precisamos de dinheiro para daqui a dois anos.

Gostei muito da expressão do Ministro Gustavo Krause quando disse: “imposto biodegradável!”. E o próprio imposto tem data para fenecer. Como nós vamos fazer a reforma da Constituição, aí sim, aproveitaremos para fazer uma reforma fiscal profunda neste País. Então será o momento da reforma, momento para a estabelecermos.

Agora, vou falar um pouco para os nordestinos — e só temos nortistas e nordestinos aqui. Vamos ver se acabamos, na Constituição, com essa vergonha, com esse empulhamento que os economistas do Rio de Janeiro e de São Paulo fizeram

com o Nordeste. Não existe lugar nenhum do mundo civilizado, nenhum lugar, em que o imposto sobre a venda fique com o estado produtor. No entanto, aqui, se um piauiense, um cearense ou um baiano comprar uma caminhonete por Cr\$ 500.000.000,00, mais de 60% do imposto sobre a venda fica em São Paulo. Estamos chovendo no mar.

Nos Estados Unidos — o nobre Senador Jutahy Magalhães morou lá e sabe muito bem —, o imposto sobre a venda varia de estado para estado: 6% na Califórnia, que é um shopping center para pegar os latino-americanos; está lá, de boca aberta, para pegar os trouxas; e como pega! Já baixou até o imposto. Em Nova Iorque, 10%; há lugar que esse imposto é 11%, 12%, depende do estado. Mas o imposto arrecadado fica no local do esforço da compra.

Aqui, no Brasil, não. Já não era, e com a Constituição de 1988... Depois, pega-se uma meia dúzia de cruzeiros, manda-se de incentivos fiscais e diz-se: “Esse Nordeste vive mamando”. Roubam e depois devolvem como caridade ou “caricaturidade”. Temos que caminhar um pouco para a justiça fiscal, senão não haverá Federação; o que temos não é Federação, é brincadeira, e de mau gosto!

Ouvi uma vez um Governador mineiro, Tancredo Neves, dizer: “ICMS é antifederação”. Claro que é, pois considera-se como imposto sobre as vendas, mas grande parte dele é arrecadado onde se produz. Os estados produtores, o que fazem? Vão ficando cada vez mais ricos, têm mais recursos para investir em infra-estrutura.

Na Constituinte quando fui para a tribuna defender que se colocasse um imposto na gasolina importada, para que se mantivesse nossas estradas, tive toda a Bancada de São Paulo contra mim, porque eles não precisam desse imposto. Não têm necessidade para suas estradas. E no final perdi por uma piadinha de um nordestino. Perdi não! Perdeu o Brasil, perderam as vítimas. Quantos morreram nesse período por causa dos buracos nas estradas? Quanto o custo de vida encareceu neste País? Os custos indiretos dos transportes da mercadoria? Uma piadinha... Esse imposto é para beneficiar as empreiteiras. As empreiteiras são más? Não prestam? Fechem-nas. Faça pelo DNER. Mas derrotar um imposto que seria pago diretamente... não é um imposto bom, ele não é justo? Por que não é justo? Muita gente anda só dentro da cidade, não vai na estrada. Imposto absolutamente justo só o Imposto de Renda. Agora, não conheço nenhum país do mundo que só tenha um Imposto de Renda. Aliás, não conheço nenhum país civilizado do mundo que tenha menos de seis impostos. E muitos impostos são sobre a compra, e é o consumidor quem paga.

Sr. Presidente, temos até o dia 31 para aprovar o projeto. A nossa assessoria, a minha e a do Senador Marco Maciel, fez umas continhas. Se o projeto de ajuste fiscal chegar, aqui, no dia 9, não teremos prazo hábil para aprová-lo até o dia 31. É aí que está a questão nodal, Senador Jutahy Magalhães!

Ficamos discutindo a perfeição. Meu partido tem também um representante extraordinário, o qual tenho uma verdadeira admiração: Está também contra o Imposto sobre Operações Financeiras.

O problema, Senador, é que sou a favor dos sinais de trânsito; vermelho, pare; amarelo, atenção; verde, passe. Mas numa emergência, o carro de bombeiros liga a sirene, atravessa o sinal vermelho e todo mundo respeita. Depois vamos discutir que o fulano tinha razão filosoficamente, e o País

vai pagar mais um ano de recessão. O País não, os pobres do País, os desgraçados, os deserdados deste País.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite mais um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª tem razão, quando fala que, se essa proposta de revisão fiscal não chegar ao Senado entre os dias 8 e 9, não teremos o tempo necessário, dentro dos prazos regimentais, para aprovação antes do dia 31. Temos soluções, quase sempre, casuísticas, para prorrogar o prazo. É uma questão de colocar como uma condição momentânea e provisória o prazo para início do ano fiscal. Para esse caso específico é uma solução casuística, mas que poderá ser necessária. Mas o que teremos que ver, e o Presidente Itamar Franco tem razão, é que quando o Congresso quer votar com velocidade da luz, vota. Sua Excelência estava querendo que votasse com a velocidade do som. Agora podemos votar, e aí é que vai ser o principal, as normas infraconstitucionais que o Governo vai ter que mandar esta semana, com uma proposta que não é leve, é uma proposta razoavelmente dura. E aí é que vamos ver quem vai reagir. Porque temos que evitar essas reações. Essa proposta, que vai chegar, pode ser votada de imediato, com a pressa necessária, e dará condições ao Governo, então, para fazer a arrecadação que necessita, logicamente, anexada à outra. Mas se quisesse até fazer sem a outra, poderia fazer com essa proposta que virá para o Congresso. Então, veremos que não há necessidade, nesse caso específico, de reforma constitucional, e não haverá necessidade daqueles prazos regimentais que temos que acatar. Mas se quiserem votar com a velocidade da luz, podem votar antes de 31 de dezembro.

O SR. RONAN TITO — Se Deus quiser! E se houver casuísmos necessários para aprovação desse reajuste, devo repetir o exemplo que dei a V. Exª: Não sou a favor de desrespeitar a lei, mas as emergências exigem muitas vezes que o Corpo de Bombeiros ou que uma ambulância atravesse o sinal vermelho e que todos parem para que ela passe.

O Brasil está vivendo uma urgência há muitos anos. Com certeza a maioria, ou todos nós aqui, mesmo os funcionários, não sentimos essa emergência na pele, mas sentimos com a nossa vista, com a nossa sensibilidade, o empobrecimento do nosso povo.

Os arrastões, os seqüestros, a criminalidade estão por aí. O Rio de Janeiro era uma cidade maravilhosa... O Rio de Janeiro abrigava os cariocas, e se dizia que ser carioca era um estado de espírito. O povo mais alegre, mais urbano, mais gentil, mais camarada deste País. O Rio de Janeiro, hoje, está insuportável! Será que acabou o fair play dos cariocas, ou esgotou a paciência?

O Sr. Beni Veras — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço com prazer V. Exª, nobre Senador Beni Veras.

O Sr. Beni Veras — Senador Ronan Tito, acredito que vivemos, conforme V. Exª tão bem descreveu, o ápice de uma situação que vem crescendo nos últimos anos. Quer dizer, há vinte anos que os nossos teóricos da economia, os nossos gênios que têm solução para tudo, vêm gerindo essa economia e criando esse clima que hoje experimentamos, ou seja, um clima de angústia da população. Na revista VEJA li um artigo sobre os profissionais de alto nível que trabalham nas empresas

privadas e que são despedidos em torno dos 50 anos de idade, se defrontando com uma situação sem esperança. São pessoas de alta formação técnica e, depois de anos nas empresas, estão desempregados, não encontrando mais espaço por dois motivos: Por terem 50 anos e pelo fato de haver uma economia estagnada, com a qual vivemos há tanto tempo. As pessoas que criaram esse clima estão hoje dando aulas, dando soluções; realmente, eles têm saída para tudo. Quando não têm saída, têm uma frase que é suficiente para tornar uma situação difícil ser discutida, porque a ironia só sabe ter este condão: não explica, mas confunde. Hoje estamos numa situação em que as empresas que pagam impostos são empresas condenadas. Cito como exemplo empresas como a Mesbla, Pernambuco e São Paulo Alpargatas. Não se pode dizer que são empresas que não sabem trabalhar, elas são o que o País tem de melhor em termos de organização empresarial. No entanto, experimentam um prejuízo gigantesco. Por exemplo: A São Paulo Alpargatas, empresa inteiramente nacional, perdeu, no terceiro trimestre deste ano, 98 milhões de dólares; ou seja, teve o seu capital totalmente consumido. Por quê? Não tem condições de competir, pagando impostos, com as empresas que não os pagam.

O SR. RONAN TITO — Perfeito.

O Sr. Beni Veras — São Paulo mesmo é hoje o ponto onde se encontra o maior nível de evasão fiscal. Eu conheço, e V. Exª também, pois faz parte da comissão que tem estudado tão bem esse problema, o Brás, um bairro enorme de São Paulo, que vende confecções por atacado e que não paga impostos. Estão lá os brasileiros, os coreanos, os judeus, com suas fábricas preparadas para trabalharem sem pagar impostos. Para a situação atual realmente não há solução, pois enquanto a boa empresa é punida porque paga impostos, a empresa que não os paga não recebe punição. A situação é dramática e temos que encarar-la. Há outro aspecto do problema que também deve ser realçado: De um lado é preciso que o Governo melhore sua máquina arrecadadora, sua eficiência, seu trabalho; de outro lado, nós, no Congresso Nacional, devemos aproveitar a oportunidade da revisão constitucional para tornar este País menos caro. Na verdade, temos um país bastante caro, perdulário. V. Exª e eu sabemos que nas nossas comissões de trabalho frequentemente recebemos projetos que aumentam a despesa pública e que são aprovados por unanimidade. Dificilmente alguém se levanta para contrariar esses projetos, porque aumentam a despesa pública.

O SR. RONAN TITO — Vamos dar, por exemplo, isso para determinada classe.

O Sr. Beni Veras — Vamos dar, por exemplo, jornada de trinta horas para os farmacêuticos.

O SR. RONAN TITO — Palmas para eles. Trata-se de um país extraordinário.

O Sr. Beni Veras — Damos com euforia, com felicidade. Nós mesmos somos dádivosos, esquecendo-nos do fato de que esta é sempre uma conta de dupla partida: se alguém recebe, alguém paga e quem paga sempre é a coletividade do país; em geral paga o mais pobre, pois no Brasil quem menos ganha mais paga imposto. Nós, parlamentares, precisamos fazer um exame de consciência; precisamos ter coragem de negar o que é impopular. Assisti à queda do veto no caso dos Correios. É ótimo poder dar a quem se aposenta salário integral, mas vamos pensar. A pessoa que tem a idade em torno de 50

a 60 anos, ao se aposentar já tem os filhos independentes, com suas próprias famílias, suas despesas são menores, porque não necessita de roupa, transporte freqüente para poder trabalhar. É natural que o aposentado ganhe um pouco menos do que o trabalhador da ativa.

O SR. RONAN TITO — No mundo todo o aposentado ganha um pouco menos.

O Sr. Beni Veras — É muito bonito dizer que o aposentado vai ganhar tanto quanto ganha um trabalhador da ativa, mas isso significa promover a ociosidade. Esses são fatos que precisamos encarar; caso contrário, seremos incapazes de construir um país mais racional, mais funcional, mais justo até, que dê mais prêmios a quem mais se esforça, a quem mais luta, a quem mais trabalha. Essa é uma questão nossa, que somos do Parlamento. É necessário que sejamos realistas e tenhamos coragem moral, cívica até, para construir um país mais governável, confrontando-nos com essa questão o mais rápido possível. Penso que o Estado deveria também estar tomando providências no sentido de passar para a iniciativa privada muitas atividades que hoje ele executa sem necessidade.

O SR. RONAN TITO — Concordo.

O Sr. Beni Veras — Há inúmeras estradas em nosso país. Dou o exemplo da BR-116, a Rio — Bahia, a Via Dutra, a Ponte Rio-Niterói, a estrada que vai de São Paulo a Porto Alegre, em perfeitas condições de serem mantidas pela iniciativa privada. Não é preciso que o Governo, perdulário como é, gastando muito para fazer pouco, mantenha essas estradas em seu poder. Poderia imediatamente começar a aliviar o seu trabalho, transferindo-as para a iniciativa privada, para construtoras, por exemplo, ou outros que possam mantê-las, cobrando pedágio para tornar esse trabalho vantajoso. Isso pode ser feito já. Com essas idéias na mente, podemos fazer, via revisão constitucional, a reconstrução de um país mais econômico, lépido, leve, mais capaz de ser levado pelos que trabalham. Parabenizo V. Ex^a pelas opiniões.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a assim como agradeço ao Senador Jutahy, porque o monólogo estava muito chato, eu mesmo senti.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Procuro discutir a questão dos aposentados com a visão até certo ponto diferenciada daquela que V. Ex^as apresentaram. Muitas vezes, quando vejo as nossas galerias cheias, pergunto a colegas que estão do meu lado quanto isso vai custar ao País.

O SR. RONAN TITO — É uma boa pergunta.

O Sr. Jutahy Magalhães — O normal é isso. Votei muitas vezes, algumas até isoladamente, contra certos favorecimentos, como a aposentadoria aos 25 anos de serviço.

O SR. RONAN TITO — Isso é o "crime da mala".

O Sr. Jutahy Magalhães — Votei aqui algumas vezes sozinho. Talvez V. Ex^a não estivesse presente, por isso não votou comigo. Mas, entre os presentes, votei sozinho e levando a vaia na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aqui no plenário. No caso dos aposentados, fiz uma brincadeira com o Ministro Antonio Britto. Quando S. Ex^a esteve na Comissão e fez aquela expo-

sição brilhante, que todos nós aplaudimos, declarou, com certa dose de orgulho e satisfação, que na Previdência não há mais ninguém que receba menos de um salário mínimo. Eu, então, perguntei a S. Ex^a: E mais de um salário mínimo, há quem receba? Por quê, Sr. Senador? — perguntou-me ele. Eu lhe respondi que, quando se aposenta alguém com cinco salários mínimos, três ou quatro anos depois aquilo que ele recebe está reduzido a dois e, às vezes, a um salário mínimo.

O SR. RONAN TITO — É verdade também.

O Sr. Jutahy Magalhães — Isso é de uma injustiça clamorosa e tem que ser evitado. Reconheço que V. Ex^a tem razão quando diz que em qualquer país do mundo o aposentado ganha um pouco menos do que o ativo. Aqui, estamos chegando ao ponto de um efetivo pagar para um aposentado. A correlação que, antigamente, era de vinte e tantos efetivos para um aposentado, agora está quase que de um para um.

O SR. RONAN TITO — Está de dois para um ainda.

O Sr. Jutahy Magalhães — Veja V. Ex^a que isso é injusto e cria dificuldades para que a Previdência tenha condições de dar assistência melhor aos aposentados. O que temos que fazer é mudar a legislação para evitar essa correlação, garantindo ao aposentado uma aposentadoria condigna, de forma que ele não tenha seu salário aviltado, como hoje está ocorrendo pelo País inteiro. Até agora, existe a exigência de que seja pago pelo menos um salário mínimo. V. Ex^a sabe que, tanto no seu Estado quanto no meu, ou em qualquer outro, muita gente tinha que acumular seis, sete meses para pagar passagem de ônibus e receber aquela quantia. Esse fato não ocorre mais, graças a essa determinação. Mas, infelizmente, ainda hoje, aquele que se aposenta com 4, 5, 10 ou 20 salários mínimos, chega a quase à miséria num período de 4 ou 5 anos. Por isso, sou a favor de que se dê garantia aos aposentados.

O SR. RONAN TITO — Nobre Senador, sou a favor de que se garanta ao aposentado o número de salários com o qual ele se aposentou. E sou contra ele receber a mesma quantia com a qual estava trabalhando. Creio que um erro não serve para justificar o outro. Sustentei da tribuna, na Constituinte, que a aposentadoria aos 25 anos para professor era brincadeira de mau gosto. Veja o caso de uma normalista que se forma com 18 anos; aos 19 está empregada; em 25 anos de trabalho — com a menor carga horária do mundo civilizado —, ela terá dois anos de licença-prêmio, laudêmio, quinquênio e outras coisas mais. Esse período retira 4 anos do seu trabalho. Dessa forma, ela se aposentará com 40 anos, período em que está começando a aprender a lecionar. Começando!

Nobre Senador, imagine V. Ex^a se eu tivesse parado aos 40 anos — estou com 61 anos e não tenho a intenção de parar! Acredito que produzi; na iniciativa privada, com certeza, pois há os balanços que comprovam. Aqui, estou tentando, desesperadamente, produzir alguma coisa.

A advertência que Gustave Le Bon fez muito valeu, depois que dela me conscientizei: "Muitas vezes agrada mais ao povo quem excita suas paixões do que quem resolve seus problemas." E não estou querendo agradar ao povo, mas tentando resolver os problemas; mesmo que isso não agrade, mas estou tentando por essa senda. Na revisão da Constituição, vamos rever a questão da aposentadoria.

Estive no Uruguai e, conversando com um motorista de táxi, perguntei-lhe: Este país tão extraordinário já foi a Suíça

da América do Sul. Que causas o senhor aponta para a situação atual? São muitas, mas cite uma coisa só. Ele disse: "senhor, somos todos jubilados: meu filho, minha filha e eu." Eram todos aposentados. Só que não ficou ninguém para pagar a aposentadoria.

Dou toda razão a V. Exª Quem se aposentar com nove salários mínimos ou com o poder de compra de nove salários mínimos, daqui a dez anos, tem que estar recebendo nove ou dez salários mínimos. Entretanto, quem se aposenta não pode ganhar a mesma coisa de quem está trabalhando. As razões já foram mencionadas pelo Senador Beni Veras e são de consenso mundial. Como disse, não conheço nenhum país civilizado no mundo que pague o mesmo salário da atividade para a pessoa aposentada.

O Sr. Beni Veras — Concede-me V. Exª um novo aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Beni Veras — Senador Ronan Tito, entendo que justiça social não é tirar pessoas sadias e jovens do mercado de trabalho; justiça social é pegar as pessoas que necessitam de proteção do Estado, por uma questão de saúde, e colocá-las em disponibilidade. À medida que usamos recursos públicos para proteger pessoas sadias, em condições de trabalhar, estamos justamente defraudando a situação das que realmente precisam de uma aposentadoria, que o Estado é obrigado a aviltar porque não tem condições de alcançar todo o universo que, demagogicamente, quer cobrir. Há uma falsa justiça na questão e é ela que torna o nosso Estado incapaz de atender às necessidades dos cidadãos.

O SR. RONAN TITO — Muito agradeço a V. Exª pelo acréscimo que faz ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, ao encerrar, gostaria de fazer alguns apelos. O primeiro é no sentido de que todos nós, membros do Congresso Nacional, votemos o ajuste fiscal. Tenho certeza de que não será perfeito nem do agrado de ninguém; também não será filosoficamente correto, pois não é possível elaborar em três ou quatro meses - muito menos em um mês e quinze dias — um projeto perfeito. Repito: há urgência de aprovar o ajuste, porque há uma calamidade.

O segundo é que, após a aprovação do ajuste fiscal, os ministros se dediquem ao enxugamento da máquina, mas não demitam, pois não há necessidade disso.

O terceiro pedido que faço desta tribuna é que o Sr. Ministro Gustavo Krause ponha os fiscais nas ruas, pois há 5.120 fiscais, dos quais mais de 3.500 estão em serviços burocráticos; apenas 1.300 fiscais estão fazendo serviço externo. Não existe nenhum estado dos Estados Unidos, por mais insignificante que seja, em que não haja mais de 10.000 fiscais nas ruas.

Já existem concursados. É só contratá-los. Os fiscais se pagam, porque, com a fiscalização, o Estado arrecada muito mais. Vamos tornar essa máquina menos lerda, porque não existe pior injustiça para o empresário que recolhe corretamente todas as suas contribuições do que ver ameaçada sua eficiência, sua competência e sua capacidade de gerar lucros devido à desonestidade daqueles que não pagam.

Por fim, neste tempo de Natal, faço um pedido ao Presidente Itamar Franco em nome das muitas crianças famintas que tem o Brasil e em nome dos desassistidos: que reacenda uma chaminada de esperança para as crianças e mães de família com a volta do tiquete-leite. O Brasil está preparado

para produzir. Sei que o preço é insignificante mas algum economista poderá fazer as contas amanhã e dizer que este leite custa tanto. Encerro, Sr. Presidente, com a observação: o quanto custa não dar pelo menos um litro de leite a uma criança faminta?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronan Tito, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a oportunidade, na última quinta-feira, de assistir, em Recife, à posse do Superintendente da Sudene, Dr. Cássio Cunha Lima e pude ver o desejo de S. Exª tornar aquele órgão mais capaz de responder ao papel que lhe cabe no estudo e desenvolvimento do Nordeste.

Ouvi o discurso de S. Sª, que requeiro passe a constar dos Anais do Senado e cito alguns trechos para registro.

Diz ele:

"Eu vi a dor dos mortos-vivos das secas e ouvi surdos lamentos de dor, perdidos no desterro da caatinga cinzenta como seus horizontes. Eu ouvi gritos de crianças nas cidades, eu ouvi choro de criança do campo. Vi desespero nos canaviais da Zona da Mata, vi desesperança nos sertões. No silêncio deste plenário, eu ouço ecos e vozes de todos os nordestes, que me martelam mais que o ouvido, me fustigam a consciência de cidadão e nordestino. É tarde, é quase muito tarde. O presente talvez até se conforme com números positivos de desempenho econômico, mas a História nos exige avanços qualitativos nos indicadores sociais. Orgulha-me o cargo, mas não me diminui nem a consciência nem a dimensão do desafio."

Dr. Cássio é um homem jovem de 29 anos, mas sendo filho do nordeste, prefeito de Campina Grande, pôde já experimentar esses fatos que existem em nossa região.

Este ano tivemos uma seca terrível, que assolou os Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e principalmente o Estado do Piauí, e que lançou populações imensas ao desespero sem que elas tenham podido receber do Governo Federal qualquer apoio. Somente agora é que o Governo vem de transferir aqueles valores para apoio à população faminta, que foi jogada nesses dois anos ao desespero, sem qualquer assistência do Governo Federal.

Diz também o Dr. Cássio em seu discurso: "A Sudene exauriu a função histórica de planejamento econômico supra-estadual, hoje incompatível com a realidade política e institucional da região. A força da Sudene já não pode fundar-se exclusivamente nos vínculos palacianos de seus superintendentes ou de sua diretoria, mas na legitimidade e na representatividade de seu Conselho Deliberativo, especialmente de seus Governadores. Cabe à Superintendência administrar e capitalizar a saudável confluência de interesses e aspirações dos Governadores da Bancada nordestina no Congresso. A realidade nordestina, por isso mesmo, não espera nem permite predestinados; da mesma forma como repele a arrogância dos auto-suficientes, o Nordeste também recusa que a defesa de sua gente seja instrumentalizada como penhor de comprometimento os de qualquer natureza".

Eu diria, no caso, também, que os nordestinos precisam — nós precisamos — encarar a situação da nossa Região com mais realismo e com mais profundidade. Não podemos esperar apenas que o País faça pela Região alguma coisa. É preciso que, dentro da Região, também façamos um grande trabalho, o Dr. Cássio Cunha Lima terá um papel nisso: o trabalho de tornar os órgãos regionais cada vez mais eficientes, mais capazes de estudar o problema regional com adequação e optar pelas soluções que a Região precisa, por mais dolorosas que elas sejam.

Não podemos permitir, na Região, o desvio, o desca-minho de recursos destinados à população ou que estes sejam desencaminhados para grupos privilegiados. Nisso nos cabe um sério papel e ao Dr. Cássio Cunha Lima, principalmente, pois está exercendo o papel de Superintendente da Sudene.

O Sr. Mauro Benevides — V. Exª me permite um aparte?

O SR. BENI VERAS — Com prazer ouço V. Exª, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Beni Veras, desejo intervir no oportuno e brilhante discurso de V. Exª, em que se reporta à posse do Dr. Cássio Cunha Lima na Superintendência da Sudene e às linhas mestras da administração que ele pretende seguir à frente daquela autarquia especial. Estive presente, como V. Exª também, à posse do ex-prefeito de Campina Grande, ex-Constituinte de 1987/1988, hoje guindado à superintendência daquele órgão de desenvolvimento regional. Foi-nos possível constatar que um jovem com o talento e a competência de Cássio Cunha Lima se propõe a realizar um trabalho profícuo e fecundo à frente da Sudene. Nós, Senadores da região, que estivemos presentes àquele evento excepcional, devemos conjugar os nossos esforços para que a Sudene possa, de fato, cumprir os seus objetivos institucionais. Recordo que, no discurso de posse, o Dr. Cássio Cunha Lima alinhou dados estatísticos, mencionando o fato de que, em 30 anos de incentivos fiscais, a Sudene aplicou apenas US\$8 bilhões. Estabeleceu, naturalmente, comparações com outras iniciativas, também realizadas em nosso País, que evidenciam, sobretudo, a desproporcionalidade em relação às aplicações destinadas à Região Nordeste. Acredito, portanto, que a visão daquele jovem administrador, que teve uma atuação destacada à frente da prefeitura de uma das mais importantes cidades nordestinas, com o nosso apoio, dos congressistas da região, poderá realizar um grande trabalho, que reposicione a Sudene como o órgão que, concebido por Celso Furtado, atenda de fato a esse grande objetivo que é a correção das disparidades regionais. Vamos apoiar o Superintendente Cássio Cunha Lima da mesma forma que V. Exª e eu jogamos todas as cartas na gestão do Dr. João Alves de Melo na Presidência do Banco do Nordeste, pois a Sudene e o BNB, numa ação sintonizada, sincronizada, podem de fato contribuir, de forma significativa, para soerguer a região que V. Exª e eu representamos nesta Casa.

O SR. BENI VERAS — Senador Mauro Benevides, a presença de V. Exª, do Senador Masueto de Lavor, do Senador Antonio Mariz, à posse do Superintendente da Sudene, já representou um destaque que queremos dar àquele órgão, no sentido de que ele possa bem cumprir o seu papel.

A propósito, quando nós, nordestinos, reclamamos ou procuramos corrigir os erros porventura existentes na política de incentivo regional, às vezes, somos mal-interpretados pelos brasileiros de outros estados que imaginam que apenas no Nordeste existe esse problema.

Em todo o País, os sistemas de incentivos foram alvo de grandes desencaminhamentos. Lembro-me do plano para desenvolvimento da pesca, que foi mais utilizado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; esse projeto foi objeto de desencaminhamentos que trouxeram prejuízos gigantescos à Nação. Também o programa de reflorestamento realizado no Centro-Sul foi alvo de desencaminhamentos e acabou sendo extinto.

No caso do Nordeste, o Finor, por exemplo, tem problemas; mas são problemas sobre os quais nós, nordestinos, nos encarregamos de exercer uma crítica, de tal maneira que o programa possa ser melhorado e aprimorado.

O volume de recursos do Finor, conforme V. Exª lembrou, de US\$8 bilhões, é absolutamente irrelevante em face das mudanças ocorridas na região. Hoje o Estado já obteve, como retorno por esse investimento de 10 bilhões, US\$48 bilhões, gerados de impostos pagos pelas empresas incentivadas no Nordeste.

Diz o Dr. Cássio, a certa altura, no seu discurso:

“A Sudene, que hoje exige que se mudem os meios para que os seus objetivos permaneçam os mesmos, exige que se altere o modelo institucional dos seus primeiros dias, para que se consagre o ideário que a fez respeitada desde então: vencer a pobreza que envergonha e a miséria que avilta.”

Eu citaria outra afirmativa do Dr. Cássio que me chamou a atenção:

“Não pedimos privilégios. O Nordeste não cobra, mas quer justiça no tratamento diferenciado que merece como região que hoje canaliza todas as suas forças para superar índices de pobreza e marca de miséria absoluta. Pedimos, sim, confiança e apoio para os números que podemos exhibir. O sistema Finor-Industrial, por exemplo, apresenta margens de perda de menos de 5%, um desempenho que o destaca entre os melhores programas de incentivos de todo o Brasil, em todos os tempos.

O Nordeste, por isso mesmo, volta a insistir na reorientação das políticas nacionais para a região, exige a regionalização do Orçamento Federal, até para evitar a perversidade de hoje de que a região, com quase 40% da população do País, conta com pouco mais de 10% das verbas orçamentárias. Não se pense, contudo, que a questão nordestina pode amesquinhar-se e restringir-se a mero problema orçamentário”.

Mas vale a pena lembrar, quando se fala que o Nordeste consome parcela significativa da renda nacional, que se está cometendo uma tremenda injustiça. Temos 46 milhões de habitantes, representando 28% da população do País, e são aplicados na região apenas 10%, 11% ou 12% dos recursos orçamentários, o que significa que estamos condenados a permanecer no estado de pobreza em que nos encontramos por falta de investimentos públicos.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. BENI VERAS — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Senador Beni Veras, parece-me que, ao lado de todas as sugestões como as que já foram postas no seu discurso e nos apartes dados, teríamos que pensar muito na necessidade do planejamento plurianual para a Sudene. Mas um planejamento adotado e a ser cumprido, independentemente da presença de quem quer que

vá ser superintendente do órgão. Enquanto não tivermos prioridades estabelecidas e a serem seguidas, independentemente da posição política dos eventuais dirigentes, teremos sempre o Nordeste sofrendo os efeitos dessas administrações atomizadas. Chego até a ter cerimônia de assinalar esse fato, mas o farei sempre porque estou convencido de que, enquanto não se estabelecer um plano plurianual, com as prioridades perfeitamente estabelecidas e a serem obrigatoriamente seguidas, não teremos boas soluções para a nossa região.

O SR. BENI VERAS — Concorde inteiramente com as palavras do Senador Josaphat Marinho. E gostaria de lembrar que fazemos parte de uma comissão que está estudando os desequilíbrios inter-regionais brasileiros. Fizemos um relatório preliminar cuja parte fundamental se refere ao preço que a região pobre do País pagou pela ausência de um processo de planejamento adequado.

V. Ex^a sabe que somos maniqueístas. Num certo momento, tínhamos tudo planejado, só se dava um passo se houvesse planejamento. De um momento para outro, acabaram-se os planejamentos. E a região pobre é a que mais sofre com a ausência de planejamento, porque precisa, conforme V. Ex^a realça, de um programa a longo prazo que possa ser perseguido, que a cada ano receba mais um tijolinho, a tal ponto que se chegue à construção de uma região realmente apta a sobreviver economicamente. Salta aos olhos, inclusive na questão de recursos hídricos, que o problema da seca no Nordeste é solucionável, bastando que haja um planejamento adequado que possa ser perseguido ao longo dos anos. De outra forma, ficamos fazendo coisas desconexas, um pouco aqui, um pouco lá. As iniciativas sofrem solução de continuidade, não resultando em mudança real de condições para a região. V. Ex^a tem plena razão. Nós estamos propondo, nesse relatório da Comissão Mista para Estudo do Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro, não só que o Nordeste tenha planejamento a longo prazo; na questão dos recursos hídricos, é fundamental que haja um planejamento para dez anos, que se aloquem mais recursos quando o País estiver em situação melhor, e menos recursos quando estiver numa situação mais difícil, mas que seja feito anualmente; e que as parcelas se somem de maneira que, ao final de dez anos, tenhamos uma região com seus problemas equacionados. Estamos desperdiçando recursos, jogando investimentos desconexos, e a região tem pago um alto preço por isso. E o pior, Senador Josaphat Marinho, é que somos cobrados por essa atitude desorganizada do Governo Federal, que não soluciona definitivamente os nossos problemas. Concorde plenamente com V. Ex^a e acho que aí está o ponto fulcral da questão. Temos que tratar uma região-problema de maneira organizada, de forma que possamos somar pouco a pouco as condições necessárias à solução do problema.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex^a me permite uma nova intervenção?

O SR. BENI VERAS — Pois não, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Quero congratular-me pela notícia que V. Ex^a nos dá quanto a esse documento elaborado, ou em elaboração final, porque, à medida que esse documento assegurar o planejamento, assegurará a continuidade das obras. Pode mudar a administração, mas não mudam os objetivos que o órgão deve ter em caráter permanente.

O SR. BENI VERAS — O relatório existe, e está sendo encaminhado um mais extenso que vai tratar do problema em profundidade. Fiz uma afirmação nesse relatório e fui muito censurado, na Sudene, pelo que disse. A crítica ao Nordeste pode ser externa também; mas nós, que conhecemos a região, devemos ter uma atitude prévia de exame, da abordagem do problema, intramuros, em nossa própria casa, de tal forma que possamos corrigir os erros antes que se tornem prejudiciais à nossa região, pois somos os maiores prejudicados. Não advogo que os outros não ouçam nossa reclamação, deixando de mostrar o que os programas têm de errado. Temos que ser os primeiros a identificar os erros e sugerir as correções para os programas regionais. No relatório, fazemos uma sugestão que me parece evidente. A Sudene é um órgão fadado ao planejamento. Ela foi pensada para estudar a região, propor as soluções adequadas, acompanhar a execução dessas soluções e ajustá-las. Entretanto, à Sudene foi acoplado o programa Finor, de investimento, em que altas somas de recursos são envolvidas. E muitos empresários, na luta por esses recursos, são capazes, por sua própria natureza, de encaminhar os órgãos públicos a uma decisão errada, e esse órgão não estaria adequadamente preparado para gerir esse programa.

Sabe V. Ex^a que o funcionário público comum não está em condições de resistir a um empresário que chega a sua empresa em busca de uma liberação de Cr\$100 milhões. Ora, 5% de Cr\$100 milhões são Cr\$ 5 milhões, que são suficientes para torcer o caminho de certas decisões. É natural isso. Qualquer órgão público é vulnerável a esse tipo de tratamento.

Quem cuida de planejamento não deve cuidar de recursos. Esses devem estar a cargo dos bancos, das instituições financeiras, entidades preparadas para cuidar de recursos sem serem pervertidas tão facilmente.

Sei que a Sudene sofreu, nesses últimos anos, uma crítica, que é verdadeira em parte, no sentido de que foi influenciada na liberação de recursos. Vale dizer que alguns diretores de incentivos da Sudene foram homens que cometeram deslizos no tratamento dessa questão. Mas penso que o erro maior não está nesses homens terem cometido deslizos, mas no Governo ter permitido que a Sudene somasse as duas funções. Quem cuida de recursos tem de ser uma instituição financeira preparada para isso, que não seja tão vulnerável ao tratamento que um empresário possa querer dar ao encaminhamento dos recursos.

Talvez os companheiros da Sudene não venham a me entender agora, mas, no devido tempo, eles compreenderão que o órgão deve tratar do estudo e planejamento da região, da colocação da região em face dos problemas que ela tem de enfrentar, e que a administração desses recursos deve ser responsabilidade de um órgão financeiro, adequado a esse tratamento.

Dizia ainda o novo Superintendente da Sudene:

“O Nordeste tem consciência absoluta de que seus graves desafios não se resolvem apenas com mais verbas ou incentivos. Não se pode transferir ao clima o que é produto de sistema sociais e de políticas econômicas. No Nordeste, infelizmente, o que mata não é a seca, é a miséria, e essa preexiste independente do clima. Exige-se, por isso, a formulação de uma política regional que toque, de fato, nos graves problemas estruturais da região, sem cuja solução corremos o risco de repetir os equívocos passados da política recente.”

A história do desenvolvimento regional tem sido a história da concentração da renda e da terra, da concentração dos privilégios e dos incentivos. Está na hora de desconcentrar ações.

Espero que o Sr. Superintendente da Sudene, com a sua juventude, tenha determinação. Não basta ter apenas uma intenção eventual, tem que ser fruto de uma determinação de ferro, que possa realmente nos ajudar a tornar a nossa Região mais capaz de enfrentar os seus desafios.

Aqui expresso a confiança de que o novo Superintendente da Sudene se disponha a colocar em prática o que ele mesmo escreveu em seu discurso, de tal maneira que ele possa contar com o nosso apoio determinado de tornar a nossa Região auto-suficiente, feliz, com uma população capaz de vencer os desafios que o País nos impõe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. BENI VERAS EM SEU DISCURSO.

DISCURSO DO DR. CASSIO C. LIMA

Autoridades, minhas senhoras e meus senhores,

Esta solenidade para mim traz a marca da honraria inesquecida, e carrega em si a dimensão do desafio inarredável.

Vi e vivi, a rica é única experiência parlamentar da Assembleia Nacional Constituinte, símbolo maior da luta política de gerações de brasileiros. Vi, vivi e venci campanhas eleitorais de rara dificuldade, na minha querida Paraíba, a todas enfrentei com a noção de que o homem público não pode ser portavoza de sua própria vaidade nem prisioneiro de suas próprias ambições.

A vida, que me permitiu o orgulho de governar uma das grandes cidades do Nordeste, Campina Grande, me cumula, agora, com a missão de dirigir a superintendência do desenvolvimento do Nordeste. Chego com a humildade da consciência histórica de que a missão que me confia o Presidente Itamar Franco não é tarefa de um só homem, mas desafio de toda uma geração. Trago, porém, o alento da coragem, a coragem da esperança, a esperança da fé em que Deus me guiará passos e ações para que minhas ações e passos não percam a perspectiva do Nordeste real que é preciso transformar. Senhores, eu vi e ouvi. Eu vi a dor dos mortos-vivos das secas e ouvi surdos lamentos de dor, perdidos no desterro da caatinga cinzenta como seus horizontes. Eu ouvi gritos de crianças nas cidades, eu ouvi choro de crianças no campo. Vi desespero nos canaviais da Zona da Mata, vi desespero nos sertões. No silêncio desse plenário, eu ouço ecos e vozes de todos os os Nordestes, que me martelam mais que o ouvido, me fustigam a consciência de cidadão e nordestino: é tarde, é quase muito tarde. O presente talvez até se conforme com números positivo de desempenho econômico, mas a história nos exige avanços qualitativos nos indicadores sociais. Orgulha-me o cargo, mas não me diminui nem a consciência nem a dimensão do desafio.

Assumo nesse instante trinta e três anos de experiência acumuladas de desenvolvimento regional numa das regiões emblemáticas da pobreza do País. Assumo não apenas orçamentos trilionários de fundos de incentivos, mas a herança da dívida social para com quarenta milhões de nordestinos que investiram na Sudene sua esperança de cidadania e nela depositaram seus sonhos de desenvolvimento. Mais que o invejável acervo técnico de um órgão símbolo do próprio Nordeste, assumo também sonhos e esperanças, assumo dívidas

de justiça e um inarredável compromisso histórico: o de impedir que o futuro desse povo seja hipotecado ao passado recente de contínuos desacertos.

Assumo a Sudene com a profunda convicção de que é preciso, é inadiável refortalecê-la, a partir da revalorização do seu quadro funcional, a que se deve um registro de justiça: esses servidores já vivem um quarto de século de perseguições, desde as odiandas comissões de inquéritos até as criminosas disponibilidades, que tinham entre si um diabólico ponto em comum: o desmantelamento da consciência crítica entrenchada nessa Casa do Nordeste.

Chego ao cargo com a clara consciência de que, acima de tudo, é também urgente repensar a Sudene. Ela cumpriu com méritos inegáveis seu papel de indutora do planejamento regional e até de formadora de técnicos para os governos estaduais. Hoje, ao contrário, há quadros abundantes e de excelência comprovada na estrutura de todos os Estados.

A Sudene exauriu a função histórica de planejamento econômico supra-estadual, hoje incompatível com a realidade política e institucional da região. A força da Sudene já não pode fundar-se exclusivamente nos vínculos palacianos de seu superintendente ou de sua diretoria, mas na legitimidade e na representatividade de seu conselho deliberativo, especialmente de seus governadores. Cabe antes à Superintendência administrar e capitalizar a saudável confluência de interesses e aspirações dos governadores e da bancada nordestina no Congresso. A realidade nordestina, por isso mesmo, não espera nem permite predestinados da mesma forma como repele a arrogância dos auto-suficientes, o Nordeste também recusa que a defesa de sua gente seja instrumentalizada como penhor de comprometimentos de qualquer natureza. Temos consciência absoluta de que a força da Sudene será medida por sua capacidade de ecoar as vozes que se elevam de todos os Nordestes, capitaneados por suas lideranças políticas ou pelo próprio movimento social. Forte deve ser o Nordeste, que a nós cabe remeter para o centro da discussão nacional.

O Nordeste não pode continuar enfocado como mero problema regional de interesse restrito de sua gente e de suas lideranças. Se outras razões não houvesse, impor-se-ia o argumento maior de que o Nordeste deixou de ser simples espaço geográfico para se tornar referência nacional de pobreza e miséria, que não dependem de clima e extrapolam latitudes. Infelizmente espalham-se Nordestes pelo Brasil afora, na demonstração mais cabal de que esta pauperização é fruto antes de políticas de Governo. Mais infelizmente, ainda, ouvem-se Brasil afora vozes dissonantes dos que, mais que o preconceito odioso, traem a própria miopia política e a ignorância histórica de quem ainda cultiva mitos de superioridade racial. O neonazismo subdesenvolvido desenvolveu a grotesca tese da superioridade regional.

A Sudene de hoje exige que se mudem os meios para que seus objetivos pernameçam os mesmos; exige que se altere o modelo institucional de seus primeiros dias para que se consagre o ideário que a fez respeitada desde então: vencer a pobreza que envergonha e a miséria que avilta.

Apesar de distorções naturais e dos equívocos perdoáveis, a Sudene tem números eloquentes a exibir como resultado de sua política industrial, que alterou sensivelmente a feição do Nordeste, a um custo que a história registrará como extremamente baixo: apenas oito bilhões de dólares para dez estados em trinta e três anos menos da metade do que consumiu Itaipu, e menos do que se investiu em meros trinta quilômetros do metrô de São Paulo. Ao preço de trinta milhões de dólares

anuais por estado, a Sudene criou três milhões de empregos diretos e indiretos e uma realidade insofismável: 70% (setenta por cento) do IPI e do ICMS da região provêm hoje de empresas incentivadas pela Sudene, não é demais lembrar que o Ceará, hoje um celebrado exemplo de ajuste fiscal, deve 76% (setenta e seis por cento) de sua receita de ICMS a empresas incentivadas à eloquência dos números não diminui o peso da constatação: a Sudene obteve êxitos inegáveis em tornar homogêneo o espaço econômico nacional, mas falhou visivelmente na tarefa de fazer o mesmo com o espaço social. Acentuaram-se as disparidades inter-regionais. Transformou-se em abismo a fenda que hoje separa, dentro do próprio Nordeste, seus Estados e Municípios. Concentrou-se a renda, concentrou-se o desenvolvimento, mas a Sudene, sob pena de negar sua própria missão, não pode contribuir para que se concentre também a esperança de bem-estar.

A Sudene não é nem poderá ser apenas o Finor, por mais importante que seja o fundo de incentivos do Nordeste. Nem o Finor será apenas seu braço agropecuário, que tem consumido percentuais crescentes das últimas liberações. Outros desafios se impõem, como a urgente, inadiável necessidade de agregar ao parque industrial nordestino a tecnologia que o leve à modernidade, a modernização que lhe permita a competitividade, mais que instalar novas indústrias, a Sudene vive hoje o desafio de tornar competitivas e tecnologicamente modernizadas as que já existem. A Sudene não se omitirá diante da defasagem dos que não tiveram condições de se modernizar, nem será cúmplice da omissão dos que, podendo, preferiram patinar em estágios de pré-história industrial. Pensam sobre nós, como infamante hipoteca do subdesenvolvimento, os relatórios oficiais que alijam o Nordeste do Mercosul por absoluta falta de competitividade de sua indústria.

Mais ainda, a Sudene vive a oportunidade histórica de promover no Nordeste a solução que se exige do País: a desconcentração do desenvolvimento, que saia do litoral rumo aos sertões, fortalecendo pólos médios em médios municípios, que funcionem até como barreiras migratórias para as cidades e abram espaços para a pequena e a microempresa intensivas de mão-de-obra e consumidoras de insumos regionais. Tramita no Congresso Nacional, a comissão presidida pelo Senador Mansueto de Lavor e relatada pelo Deputado José Múcio, que alarga os horizontes do desenvolvimento regional com abertura dos recursos do PIN/Proterra para a apoio à micro e pequena empresa. Não haverá, do contrário, como evitar que se aprofundem os desequilíbrios que se acentuam entre os próprios municípios, entre os raros que a custo conseguem romper a inércia do próprio desenvolvimento e a quase totalidade dos que se isolam nos bolsões da miséria mais degradante. O papel que outrora a Sudene desempenhou em relação aos estados, cabe agora cumpri-lo em relação aos municípios.

É preciso enfatizar e repetir à exaustão que o Nordeste que aqui se reúne não vem reclamar privilégios. Mas vem proclamar a viabilidade técnica de seu desenvolvimento econômico a prioridade política de seu desenvolvimento social.

Não pedimos privilégios. O Nordeste não cobra, sequer, a justiça do tratamento diferenciado que merece como região que hoje canaliza todas as suas forças para superar índices de pobreza e marcas de miséria absoluta. Pedimos, sim, confiança e apoio para os números que podemos exibir: o Sistema Finor Industrial, por exemplo, apresenta margens de perda de menos cinco por cento — um desempenho que o destaca entre os melhores programas de incentivos de todo o Brasil, em todos os tempos.

Espera, agora, condições de promover um desenvolvimento auto-sustentado, sobretudo de um desenvolvimento que saia das praias e dos canais da Zona da Mata e se embrenhe sertões adentro, fixando no campo o homem que não podemos deixar migrar para a promiscuidade das favelas e para o infortúnio das periferias.

O Nordeste, por isso mesmo, volta a insistir na reorientação das políticas nacionais para a região. Exige a regionalização do orçamento federal, até para evitar a perversidade de hoje, em que a região com quase quarenta por cento da população brasileira conta com pouco mais de dez por cento das verbas orçamentárias. Não se pense, contudo, que a questão nordestina pode amesquinhar-se e restringir-se a mero problema orçamentário.

O Nordeste tem consciência absoluta de que seus graves desafios não se resolvem apenas com mais verbas ou incentivos. Não se pode transferir ao clima o que é produto de sistemas sociais e de políticas econômicas. No Nordeste, infelizmente, o que mata não é a seca, é a miséria, e essa preexiste independente do clima. Exige-se, por isso, a formulação de uma política regional que toque, de fato, nos graves problemas estruturais da região, sem cuja solução corremos o risco de repetir os equívocos passados da política recente: a história do desenvolvimento regional tem sido a história da concentração da renda e da terra, da concentração dos privilégios e dos incentivos. Está na hora de desconcentrar ações.

Assumimos o desafio da filosofia do próprio governo, de enterrar, em definitivo, a vergonhosa, a iníqua indústria da seca. Queremos destruí-la a golpes de coragem política e de ousadia administrativa.

É preciso investir no semi-árido, nas obras estruturais que vão permitir ao homem a definitiva, saudável mas sobretudo produtiva convivência com a seca. O semi-árido é viável como ele é — com a avareza de seus céus, com a fértil dureza de suas terras esturricadas mas com a generosidade do sol e da luminosidade que transformam água em lucro e transformam em riqueza certa e desenvolvimento seguro qualquer estímulo produtivo.

Fazemos nossas as conclusões do consistente relatório da CPI da Seca, do Congresso Nacional, presidida pelo Senador Teotônio Vilela Filho. Não é preciso modificar o clima, basta que se descubram, com criatividade e, sobretudo, se explorem com competência, novos caminhos e novas vocações para o semi-árido, como as culturas nobres dos perímetros de irrigação, e as culturas dos óleos vegetais, nativos, inclusive, com fins energéticos nos penhascos do sertão.

É preciso tocar programas, reformas e obras estruturais que ajudem a fixar no campo e a integrar no ambiente o homem que, do contrário, migraria para o submundo das favelas ou para a incerteza das periferias urbanas. É preciso desbravar novos caminhos econômicos. É doloroso recorrer, como este ano, ao assistencialismo improvisado e à improvisação das emergências. Dói, mas é preciso reconhecer que a ação emergencial no socorro à população flagelada é imprescindível na sua urgência, urgente na sua necessidade. É doloroso verificar, em nosso nordeste, os bois tangendo os homens, ou testemunhar o emblemático pau-de-arara balizando saídas ou drenando esperanças de nossa gente.

Tudo que queremos é trabalhar já, agora, com a urgência do ontem, para integrar os sertões do Brasil, para arrancar do semi-árido o estigma da miséria social e da instabilidade econômica, para responder ao desafio maior e evitar que os filhos do sol se transformem em desertados da seca. Só assim

vamos responder ao desafio histórico de impedir que o desencanto vire frustração, que a impaciência se faça desespero, sobretudo para pintar de esperanças o horizonte sombrio de nordestinos sem amanhã. E aí, sim, o Nordeste, concretizará a visão do poeta:

Quando o grito de dor do nordestino
Unir-se a voz geral do desencanto
Esse eco de repente faz um canto
E o canto de repente faz um hino.
E puro como um sonho de menino
Será cantado aqui e em qualquer canto
Pois é símbolo estandarte será manto
De um povo que edifica o seu destino.
E quando este hino pleno de ideal
Canção do povo em marcha triunfal
For lançado ao sabor do seu destino
Aí se saberá sem ter espanto
Que um eco de repente faz o canto
E o canto de repente faz um hino.

Durante o discurso do Sr. Beni Veras, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores: carecas, skinheads, white powers. Os nomes que usam para se autodesignarem são variados. São jovens, dizem admirar Adolf Hitler, hostilizam judeus, negros, nordestinos, homossexuais e comunistas, e costumam usar a violência como forma de expressão.

Em meio a tantos problemas econômicos e sociais que o Brasil enfrenta atualmente, temos mais esse, que recentemente mostrou, de maneira provocadora, uma face vil nos atentados à Rádio Atual e ao Centro de Tradição Nordestina, em São Paulo, e no quebra-quebra realizado durante um show de música, no Canecão, no Rio de Janeiro.

Por seu apego a suásticas e botas militares, pelas suas práticas e valores e por sua admiração a Hitler, têm sido chamados de neonazistas. Vale indagar, contudo, se eles próprios têm mesmo consciência do que isso significa.

O uso da violência como forma de solução de problemas geralmente indica pouca elaboração mental, além de falta de oportunidade de convivência civilizada. Expressa, sem dúvida, insegurança, incapacidade de integração social e, em decorrência, ódio, que se manifesta pela tentativa de obter reconhecimento e superação por meio do uso da força.

Sejam lá o que forem esses jovens, Sr. Presidente, Srs. Senadores, parecem muito mais o produto de lares desestruturados, da falta de escolas, onde suas energias poderiam ser melhor aproveitadas, ou da falta de oportunidades dignas de trabalho, do que o produto de uma ideologia nazista ou neonazista.

Vivemos, hoje, uma crise econômica, social e moral sem precedentes. No campo econômico, temos a recessão e o desemprego a gerar miséria e desesperança. Do ponto de vista social, o País experimenta uma desagregação cada vez mais preocupante, fruto da pobreza em que parcela considerável da população foi lançada e da desorganização administrativa

do Estado. No que diz respeito à moralidade, políticos e empresários inescrupulosos conseguiram incutir na população a descrença quanto à possibilidade de solução dos nossos problemas pela via política.

Esse é o caldo de cultura que produz o desajustamento desses jovens. Impossibilitados de se integrarem pelos meios tradicionais do estudo, do trabalho e da política, revoltam-se e agredem a sociedade em que vivem, bem como suas formas de organização. Não é por acaso que esses jovens repudiam a universidade: "a universidade é um antro de comunistas, judeus, drogados, homossexuais e prostitutas", diz um deles, expressando uma crença básica do grupo.

O problema, como se pode ver, é bastante complexo. E não se pode descartar, de qualquer modo, a questão ideológica que permeia o assunto. Vale destacar que a violência desses grupos de jovens, rotulados como neonazistas por si próprios ou pela sociedade, notadamente pela imprensa, coincide com os truculentos conflitos promovidos por jovens neonazistas na Europa, particularmente na Alemanha, onde os imigrantes têm sido o alvo predileto.

Será a violência dos ditos neonazistas do Brasil uma mera macaqueação, resultado de colonização cultural, ou haverá algo de mais sério em tudo isso? Os jovens sempre serviram de massa de manobra nas mãos de gente inescrupulosa, e a própria "Juventude Hitlerista" é uma triste lembrança desse tipo de prática. Haveria, em nosso País, mentes doentias tentando ressuscitar o nazismo, capitalizando o descontentamento dos jovens com a crise que vivemos?

A migração de criminosos nazistas para a América do Sul ao fim da Segunda Guerra Mundial é muito mais que mero folclore. Eichmann foi preso na Argentina e Mengele morreu aqui mesmo no Brasil, apenas para citar casos mais notórios. A existência formal de um partido de coloração nazista no País, com candidatos disputando eleições, também não é fantasia. É evidente que vivemos um regime democrático pleno, onde se garante a liberdade de expressão e de organização, mas a lei e a ordem precisam ser respeitadas. Não seria demais desejar que a Polícia Federal conduzisse uma investigação séria e minuciosa sobre esse assunto, de modo a conhecer melhor os fatos. A prudência recomenda que não se deve ser tolerante com os intolerantes.

Felizmente, os atos de violência do Rio e de São Paulo tiveram respostas imediatas de toda a sociedade; nem todas elas, lamentavelmente, foram as mais adequadas. As autoridades policiais agiram prontamente, prendendo os arruaceiros e iniciando investigações sobre os atentados cometidos. Entidades da sociedade civil e autoridades públicas se reuniram e produziram manifestações de protesto. Parlamentares agiram, como o Deputado Alberto Goldman, que apresentou projeto contra a produção e comercialização de emblemas nazistas, e como o Deputado Fábio Feldmann, que pediu à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados audiências públicas de autoridades em direitos humanos, com vistas a combater o racismo e a violência contra minorias.

Além disso, a polícia gaúcha apreendeu recentemente livros editados pela Editora Revisão, considerados de conteúdo nazista, por ordem do Juiz Luís Felipe Brasil Santos, com base na Lei nº 8.081/90, que prevê pena de um a cinco anos de prisão "por incitar à discriminação ou preconceito de raça,

cor, religião ou etnias através de publicações ou meios de comunicação”.

A nota dissonante de todo esse processo ficou por conta da organização de um grupo de negros convertidos ao Islamismo, que se autodenomina “Nação Islã do Brasil” e propõe “mostrar ao povo negro que o homem branco é o inimigo supremo”, além de revelar sua disposição de usar a força para combater os carecas e congêneres. Essas são as consequências nefastas da intolerância, que igualmente não podem ser toleradas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece ainda ser momento para abordar o que de mais odioso desponta em meio a esse grave problema com que nos defrontamos: a intolerância, a discriminação é o racismo. Todas as atitudes dessa natureza são insuportáveis no convívio social civilizado. Desejo destacar, entretanto, a hostilidade que os nordestinos vêm sofrendo por parte desses grupos radicais.

O preconceito contra esses sofridos brasileiros, por parte dos habitantes do Sudeste do País, não é novidade e serve, agora, como apoio silencioso de uma parcela da população aos radicais que se expõem e ousam praticar a violência contra os que migraram para escapar da miséria e da morte.

Os nordestinos não foram para São Paulo e outras regiões mais ricas do País exclusivamente por desejo próprio. Buscaram melhores dias e foram prontamente aceitos como mão-de-obra barata, para construir a riqueza dessas regiões. Aceitaram os piores empregos, porque isso era melhor do que morrer de fome. Usaram a cachaça como complemento alimentar, para agüentar jornadas extenuantes de trabalho sem a devida alimentação, sacrificando a própria saúde para construir a opulência dos rincões mais abastados do País. Deram suas vidas aos que os exploraram, na ilusão de dias melhores.

Agora, em tempos de recessão, quando ganhar a vida se torna mais difícil, são rechaçados como intrusos que disputam o mercado de trabalho e usados como bodes expiatórios por radicais desajustados. Não parece justo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nossos irmãos nordestinos sejam tratados dessa maneira, depois de terem demonstrado sua força e seu valor na construção de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e de terem constituído e reestruturado suas famílias, apesar de toda a adversidade. Essa gente tem o trabalho como valor fundamental e já deu provas cabais disso.

É tempo de se acabar com soluções simplórias e imediatistas, como o separatismo ou idéias que tenham como fundamento o *apartheid*, prática sul-africana que o mundo inteiro vem rejeitando de maneira enérgica. Os problemas econômicos e sociais do Brasil certamente não serão resolvidos dessa maneira. Lembrando o poeta popular Beto Guedes, “vamos precisar de todo mundo”. Será, inclusive, com a ajuda dos nordestinos que poderemos construir um Brasil próspero, mais digno, onde a intolerância e a violência não tenham mais lugar.

Tanto as dificuldades dos nordestinos e dos demais brasileiros, quanto as dos jovens que, por falta de melhores oportunidades e orientação, sucumbem ao uso da violência ou ao falso encanto de ideologias estranhas à natureza nacional, podem ter outra solução — o progresso econômico e social do Brasil.

Mais trabalho, melhores oportunidades, vida digna e universalização do ensino são os remédios para problemas dessa natureza, no que diz respeito à eliminação do caldo de cultura nefasto onde borbulham intolerância, discriminação, separatismo e violência.

Entretanto, enquanto o Brasil não alcança esses patamares de civilização, é preciso dar um basta a ações violentas de grupos radicais, sejam eles quais forem, tenham a ideologia que tiverem. É importante lembrar que os primeiros arrua-ceiros nazistas foram tolerados pela República de Weimar, no início da década de 20. Deu no que deu.

Assim, dentro da lei, como convém a um país democrático, abusos de qualquer natureza precisam ser duramente reprimidos. Não pode haver tergiversações por parte das autoridades no que diz respeito à repressão de atos ilegais.

Respeitadas as sagradas liberdades de expressão e de organização, é preciso, repito, que a Polícia Federal investigue a fundo o que existe de concreto em relação à divulgação e práticas de idéias nazistas, especialmente no que tange a influências externas, provenientes de outros países.

Os meios de comunicação precisam compreender suas elevadas responsabilidades nesse processo. A instigação, ainda que involuntária, atua como fermento de excelente qualidade para o crescimento do número de atos dessa natureza. O exibicionismo perverso dos radicais precisa ser contido. Uma certa dose de silêncio os priva exatamente daquilo que mais desejam: a propaganda deles próprios e de suas idéias doentias.

Vale lembrar que o atentado à Rádio Atual aconteceu exatamente depois que a emissora passou a divulgar mensagens em resposta às provocações dos ditos neonazistas, exibidas dias antes no programa “Documento Especial”, do Sistema Brasileiro de Televisão. Esse é um exemplo claro de como os meios de comunicação podem incentivar, ainda que involuntariamente, mais e mais violência, que apenas a repressão rigorosa e dentro da lei pode coibir.

Finalmente, é preciso atentar para o fato de que, em questões delicadas e perigosas como esta, apenas os princípios democráticos devem servir como bússola. A intolerância não pode ser usada para combater a intolerância. A violência não deve ser usada como resposta à violência. O proselitismo não é réplica conveniente ao proselitismo. Se agirmos dentro da lei, não dando mais importância ao radicalismo do que ele de fato merece, reservando-lhe o silêncio com que deve ser recebido, ele se exaurirá por si mesmo. O que os radicais sempre desejam é exatamente golpear a democracia, cuja pluralidade, por se considerarem donos da verdade, não toleram. Mas a democracia é maior, porque comporta a todos, e, certamente, se for observada, mais uma vez triunfará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi com grande satisfação que recebi, através de meu Gabinete, um telefax do senhor Mavy d’Achê Assumpção Harmon, presidente da Cruz Vermelha Brasileira. Em mensagem a mim dirigida, datada de 2 deste mês, o Presidente da Cruz Vermelha Brasileira lembrava que a entidade iria comemorar, no dia 5, 84 anos de serviços prestados para a comunidade.

Faço este breve registro em função de que na ocasião encontrava-me nos EUA, em Nova Iorque, em viagem oficial, como membro da Delegação do Brasil na XLVII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na qualidade de observador parlamentar.

Hoje, gostaria de deixar registrado aqui, nesta tribuna, o meu apreço, consideração e admiração pela Cruz Vermelha

Brasileira, entidade que já prestou serviços em duas guerras, inúmeras calamidades, e situações de emergência. Deixo este registro não apenas em meu nome pessoal, mas também do povo do meu Estado, Rondônia, e, creio, de todos aqueles que acreditam no trabalho voluntário e na solidariedade humana, marcas da Cruz Vermelha Brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

? **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ODA-CIR SOARES EM SEU DISCURSO.**

A CRUZ VERMELHA BRASILEIRA COMPLETA 84 ANOS DE SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE

No próximo dia 5 de dezembro, a Cruz Vermelha Brasileira irá comemorar 84 anos de existência.

Desde a sua fundação, a Cruz Vermelha Brasileira já prestou serviços em duas guerras, inúmeras calamidades e situações de emergência. Sua atuação na área de enfermagem é conhecida, além de ter implantado a primeira escola profissionalizante de enfermagem no Brasil, teve notável desempenho durante a epidemia de gripe espanhola. Treinou enfermeiras para as nossas Forças armadas duante duas guerras mundiais e as municipais tem se empenhado, anualmente, no aprimoramento de pessoal na área de saúde.

Em 1979, a Cruz Vermelha Brasileira protegeu, com seu símbolo e seus voluntários, o avião fretado pelo Ministério das Relações Exteriores e enviado a Nicarágua a fim de buscar 65 mulheres e crianças brasileiras refugiadas em nossa Embaixada, em 1983, em colaboração com o Itamaraty a Cruz Vermelha Brasileira conseguiu a libertação de três brasileiros prisionados pelo movimento de libertação Africano "unitas" busca-los na África e devolvendo-os ao seio de suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a apreciar vetos presidenciais, entre eles o que interessa aos Correios e Telégrafos, já apreciado pela Câmara dos Deputados e pendente de deliberação conclusiva e final; espera, ainda, que os Srs. Senadores possam manifestar-se sobre este veto e os demais constantes da pauta estabelecida para a Ordem do Dia do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1991-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 11, de 1991-Complementar (nº 69/89-Complementar, na Casa de origem) de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, tendo pareceres:

— Sob nº 412, de 1992, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece; e

— Proferido em Plenário, Relator: Senador Amir Lando, contrário às Emendas de Plenário.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social. (Dependendo de Pareceres.)

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1992 (nº 3.203/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera a redação de dispositivos da Resolução nº 86, de 1991, modificada pela Resolução nº 5, de 1992, ambas do Senado Federal. (Dependendo de pareceres.)

5

OFÍCIO Nº S/76, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Ofício nº S/76, de 1992, pelo qual o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul solicita autorização para contratar operação de crédito, no valor de quinhentos e um bilhões, novecentos e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil e dez cruzeiros, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.)

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1992

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 69, de 1992 (apresentado como conclusão do Parecer nº 367, de 1992, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a emitir duzentos e oitenta e sete bilhões, seiscentos e noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e seis Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo, para o pagamento de precatórios judiciais.

7

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1991-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 394, de 1992) de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1990 (nº 2.167/89, na Casa de origem), que altera o art. 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências", tendo

Parecer, sob nº 379, de 1992, da Comissão

— De Assuntos Sociais, favorável, nos termos do substitutivo que apresentação.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1992 (nº 77/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio para Preservação dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia, em Brasília, em 15 de agosto de 1990, tendo:

Parecer favorável, sob nº 377, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 15 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 461, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.873/92-3, resolve nomear AMAURY FERREIRA DE MATTOS para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PTB, Senador Lourenberg Nunes Rocha.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 462, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, nº 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.976/92-2, resolve exonerar PAULO LOULY QUINAN, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro do Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Onofre Quinan.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 463, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto

no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.976/92-2, resolve nomear PAULO LOULY QUINAN, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Onofre Quinan.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 464, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidades com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 015.596/92-3, resolve nomear EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Odacir Soares.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 465, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 015.350/92-4, Resolve nomear RITA BRASIL BENDER, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO**Nº 7, DE 1992**

Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições, e de acordo com comunicação feita na 22ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 24 de novembro de 1992, resolve:

Art. 1º Para efeito de cálculo da gratificação prevista no Ato do Primeiro Secretário nº 10, de 1991, deve ser utilizado o valor da diária do Padrão III da Classe Especial da Categoria Funcional de Analista Legislativo do mês seguinte àquele em que foi realizada a reunião.

Art. 2º O Diretor-Geral é competente para autorizar o pagamento da gratificação referida.

Parágrafo único. Sempre que a autorização for concedida para o pagamento de valores atrasados (devidos por reuniões realizadas em meses anteriores ao que está sendo pago regularmente no mês), ou se tratar de pagamento pela participação de Diretores da Casa em Comissão Especiais, o Diretor-Geral deverá dar ciência ao Primeiro Secretário da autorização concedida.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, 3 de dezembro de 1992. — Senador
Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 8, DE 1992

Dispõe sobre a utilização das garagens cobertas do subsolo do Bloco A do Anexo II do Senado Federal

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentar, e tendo em vista a delegação concedida pela Comissão Diretora em sua 17ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de setembro de 1992, resolve:

Art. 1º Fica reservada uma vaga, nas garagens cobertas do subsolo do Bloco A do Anexo II, para estacionamento do carro de representação de cada Senador.

§ 1º O Senador que não possua carro de representação poderá utilizar sua vaga com seu próprio carro particular.

§ 2º As vagas referidas no caput são intransferíveis.

§ 3º O estacionamento será feito sem necessidade de apresentação de cartão, na garagem oficial, preferencialmente, e também na garagem não oficial, inclusive nas vagas disponíveis em sua parte frontal externa.

Art. 2º Ficam mantidas as seguintes vagas, na garagem coberta, não oficial, do subsolo do Bloco A do Anexo II:

- a) Presidência — 5 vagas;
- b) Primeira-Vice-Presidência — 2 vagas;
- c) Segunda-Vice-Presidência — 2 vagas;
- d) Primeira-Secretaria — 5 vagas;
- e) Segunda-Secretaria — 2 vagas;
- f) Terceira-Secretaria — 2 vagas;
- g) Quarta-Secretaria — 2 vagas;
- h) Gabinete de Senador — 2 vagas;
- i) Liderança — 1 vaga;
- j) Diretor-Geral — 2 vagas;
- l) Diretor da Casa — 1 vaga;
- m) Chefe do Cerimonial da Presidência do Senado — 1 vaga;
- n) Presidente do Comitê de Imprensa — 2 vagas.

§ 1º O acesso às vagas referidas no caput se dará mediante a apresentação de cartão de autorização assinado pelo Diretor-Geral, mantido o sistema de vagas numeradas.

§ 2º A Diretoria-Geral emitirá, para os usuários previstos no caput, novos cartões de autorização, que substituirão os atualmente em uso.

Art. 3º Qualquer concessão, troca ou utilização de vaga de forma diferente da acima prevista, deverá ser submetida ao Primeiro-Secretário, que ficará também responsável pela solução de qualquer caso omissivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, 4 de dezembro de 1992. — Senador
Dirceu Carneiro Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 66, DE 1992

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 016543/92, resolve, prorrogar, por sessenta dias, nos termos do art. 152 da Lei nº 8.112/90, o prazo para

a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 55, de 1992.

Senado Federal, 4 de dezembro de 1992. — Senador
Dirceu Carneiro, Primeiro-Secretário

PORTARIA Nº 67, DE 1992

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, resolve, designar MARCELO AUGUSTO BERNARDES NORMANDO, mat. 1.317, Especialista em Administração Legislativa/Análise; CARLOS ALBERTO RODRIGUES SANTOS, mat. 1.104, Especialista em Administração Legislativa/Análise; WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH, mat. 1266, Especialista em Administração Legislativa/Técnicas; e CARLOS NEY MADEIRA, mat. 1.153, Especialista em Administração Legislativa/Análise, como secretário, servidores do Quadro de Pessoal do CEGRAF, para, sob a presidência do primeiro, integrarem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 001565/92-3/CEGRAF.

Este Ato entra em vigor, na data de sua publicação no Diário do Congresso Nacional, Seção II.

Senado Federal, 4 de dezembro de 1992. — Senador
Dirceu Carneiro Primeiro-Secretário.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 31, DE 1992

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando a sugestão apresentada pela Subsecretaria de Administração Financeira a respeito dos procedimentos orçamentários, financeiros e contábeis relativos ao encerramento do exercício de 1992, resolve

I — Fixar datas-limite para as seguintes rotinas:

a) 15 de dezembro:

— Validade dos bloqueios orçamentários;

b) 16 de dezembro:

— emissão de notas orçamentárias;

— recebimento, pela SSAFIN, de solicitação de anulação de empenhos tornados insubsistentes;

c) 18 de dezembro:

— Recebimento, pela SSAFIN, de documentos já empenhados, prontos para pagamento;

II — os prazos referidos no item I somente poderão ser ultrapassados em casos excepcionais, devidamente justificados;

III — determinar, com vistas ao cumprimento dos prazos legais e regimentais para a apresentação de balancetes e balanços de encerramento de exercício, que:

a) os detentores de suprimentos de fundo encaminhem as suas prestações de contas até o dia 18 de dezembro do ano em curso, impreterivelmente, e que novos adiantamentos somente sejam concedidos a partir do exercício vindouro;

b) os responsáveis por almoxarifados providenciem, até o quinto dia útil do mês de janeiro de 1992, a remessa dos respectivos inventários, demonstrando a movimentação até o último dia do corrente exercício.

IV — esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de novembro de 1992 — Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.